



PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI

2014 - 2018

Sumário

1) CONTEXTUALIZAÇÃO.....	4
1.1 Breve Histórico da Faculdade Católica de Uberlândia	4
2) DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	9
2.1) Missão	9
Objetivo Geral.....	10
Objetivos Específicos	10
2.2 Sobre a implementação do PDI 2014-2018	11
2.3 Processos de autoavaliação.....	11
3) DIMENSÃO 2 – POLÍTICA PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	15
3.1 Políticas de Ensino	16
3.2 Políticas de extensão	17
3.3 Políticas de iniciação científica.....	18
3.4 Políticas institucionais para a graduação	19
3.5 Políticas institucionais para a pós-graduação	22
4) DIMENSÃO 3 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	24
4.1 Da concepção de responsabilidade social.....	24
4.2 Dos programas de inclusão social.....	28
4.3 Da defesa do meio ambiente, da memória cultural e do patrimônio cultural.....	31
4.3.1. Defesa do meio ambiente	31
4.3.2. Defesa da memória cultural e do patrimônio cultural.....	33
5) DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	37
5.1 Comunicação com a sociedade	37
5.2 Comunicação interna e externa	38
6) DIMENSÃO 5 – POLÍTICAS DE PESSOAL	39
6.1 Do corpo docente.....	39
6.2 Plano de Carreira.....	40
6.3 Do corpo técnico administrativo.....	42
7) DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL.....	43
a) Diretor Geral.....	44
b) Conselho Diretor.....	44

c) Secretaria Acadêmica.....	44
d) Coordenação de Graduação	45
e) Coordenação de Cursos.....	45
f) Colegiado de Curso	45
g) Núcleo Docente Estruturante (NDE)	45
h) Coordenação Administrativa/financeira	46
8) DIMENSÃO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA	46
8.1 Relação de Equipamentos de Informática	49
8.2 Biblioteca	51
8.2.1 Infraestruturas física da Biblioteca	51
8.2.2 Equipamentos da Biblioteca.....	52
8.2.3 Acervo bibliográfico	53
9) DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO	54
9.1 Da avaliação	54
9.2 Desenvolvimentos da avaliação institucional	55
9.3 Do planejamento	57
10) DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	61
11) DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	66

1) CONTEXTUALIZAÇÃO

1. 1 Breve Histórico da Faculdade Católica de Uberlândia

A Faculdade Católica de Uberlândia caracteriza-se como instituição privada, comunitária e confessional, de acordo com o previsto no artigo 213, da Constituição Federal de 1988, cujo caráter confessional e comunitário, além de revelar princípios filosóficos, epistemológicos e operacionais, está marcado pelo comprometimento social da instituição. Em função de sua identidade ela se orienta pela formação de quadros com postura ética e humanística enquanto finalidade educacional.

A Faculdade Católica de Uberlândia, instituição educadora e formadora, ao promover a formação humana e profissional, confirma a finalidade para a qual foi instituída, pois foi concebida para ser uma referência humanística em região mineira carente de fontes centradas no ideal cristão de desenvolvimento humano.

Com base nos ideais cristãos a comunidade católica de Uberlândia propôs a criação de uma faculdade confessional que veio a se constituir como instituição acadêmica de ensino superior pela Portaria MEC, nº 2.731, de 12 de dezembro de 2001, mantida pela Sociedade Católica de Educação de Uberlândia – Soceub -, registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Uberlândia, sob o nº 102.233, de 26 de janeiro de 2000. A mantenedora tem sua sede no mesmo endereço da mantida, a saber, Rua Padre Pio, nº 300, bairro Oswaldo Resende, em Uberlândia/Minas Gerais.

Ao pensar o caráter da formação universitária a ser oferecida, e a qualidade intrínseca que ela engendra, seus criadores sabiam da implicação de, antes de tudo, optar por uma concepção pedagógica referenciada ao futuro da sociedade. Portanto, era necessário repensar o papel social que a Faculdade desempenharia no contexto em que se inseriria.

A Faculdade Católica inscreve-se em uma cidade de porte médio, com uma população de 600.368 habitantes, situada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Em que pese o município de Uberlândia ser estruturado com modernos equipamentos urbanos e sociais; encontrar-se numa localização

privilegiada entrecortada por estradas importantes; concentrar o maior centro atacadista da América Latina; estar numa crescente expansão industrial e do agro-negócio, estabelece-se nas mesmas proporções a desigualdade social e a crescente degradação ambiental.

É nesse contexto que se insere a atuação da Faculdade Católica de Uberlândia, cujo planejamento não pode estar desvinculado da realidade regional. O ensino superior teve um forte crescimento, pois, além da Universidade Federal de Uberlândia, nos últimos 10 anos, a cidade atraiu novas instituições de ensino. Nesta perspectiva, a Faculdade Católica está atenta à complexidade da vida regional, oferecendo, desde seu início, cursos que atendem a uma população de baixa renda, diversificada e crescente.

Concebida, portanto, sob forte compromisso social marcado pela tradição católica, a Faculdade tem estabelecido ações e projetos desencadeados pelas demandas comunitárias, com vistas ao estabelecimento de novos patamares de referência crítica e inclusiva.

No cenário de sua vocação, os primeiros cursos criados foram exatamente aqueles mais próximos da filosofia institucional e adequados para a reprodução do ideário cristão no mundo. Assim, em dezembro de 2001 foram autorizados os cursos de Pedagogia, Filosofia (Bacharelado e Licenciatura) e Geografia (Licenciatura).

O curso de **Pedagogia** foi autorizado pela Portaria 2732/MEC – 12/12/2001 – DOU 14/12/2001, reconhecido pela Portaria nº 2826/MEC de 17/08/2005 – DOU de 18/08/2005 e renovação de reconhecimento pela Portaria MEC Nº 286 de 21/12/2012 e publicado no DOU em 27/12/2012, cuja Licenciatura e habilita em: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Religioso para o Ensino Fundamental e Médio.

O curso de **Filosofia** foi autorizado na modalidade de bacharelado pela Portaria 2733/MEC – 12/12/2001 – DOU 14/12/2001 e em Licenciatura pela Portaria nº 2734 de 2001. Atualmente reconhecido pela Portaria nº 2233/MEC de 23/06/2005 – DOU de 27/06/2005. Renovação de reconhecimento Bacharelado pela Portaria MEC Nº 123 de 09/07/2012 e publicado no DOU em 10/07/2012 e renovação de

reconhecimento da Licenciatura pela Portaria MEC Nº 286 de 21/12/2012 e publicado no DOU em 27/12/2012.

No caso do curso de **Geografia** foi autorizado a Licenciatura pela Portaria 2734/MEC – 12/12/2001 – DOU de 14/12/2001. Reconhecido pela Portaria nº 2225, de 23/06/05 – DOU 27/06/05 e renovação de reconhecimento pela Portaria MEC Nº 475 de 22/11/2011 e publicado no DOU em 24/11/2011. Autorizado o bacharelado pela Portaria nº 1617, de 12/11/2009, DOU de 13/11/2009, o curso não está sendo oferecido desde 2013/1

No ano de 2002 a Faculdade obteve a autorização para oferta dos cursos de **Normal Superior**, nos termos da Portaria MEC nº 2758, de 25/09/2002, com reconhecimento pela Portaria MEC nº 2310, de 30/06/2005.

Em 2005 é autorizado o curso de **História**, pela Portaria MEC nº 2236, de 23/06/2005 publicado em DOU 27/06/05 com o reconhecimento expreso na Portaria nº 275, de 03/03/2009. Publicada no DOU em 04/03/2009. O curso não está sendo oferecido desde 2013/1.

Nos próximos quatro anos foram mais oito cursos autorizados e reconhecidos, sendo seis cursos de graduação e dois tecnológicos. Os novos cursos são:

Serviço Social – autorizado pela Portaria nº 2668 de 27/07/05 – DOU 28/09/05 e reconhecido pela Portaria nº 160 de 03 de fevereiro de 2009;

Direito - autorizado pela Portaria nº 789, de 24/03/2006 - DOU de 27/03/2006; e reconhecido pela Portaria MEC Nº 193 de 24/06/2011 - DOU de 27/06/2011.

Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo (Bacharelado), autorizado pela Portaria nº 473 de 01/06/2007 – DOU 04/06/2007; Reconhecido pela Portaria MEC Nº 276 de 14/12/2012 - DOU de 18/12/2012. O curso deixou de ser oferecido em 2013/01.

Letras - autorização: Portaria nº 471, de 1º de junho de 2007, publicada no DOU de 04 de junho de 2007;

Teologia - autorizado pela portaria nº 1.617, de 12/11/2009 – DOU de 13/11/2009, e reconhecido pela Portaria MEC Nº 112 de 14/02/2014 - DOU de 17/02/2014.;

Administração – autorizado pela Portaria nº 1.617, de 12/11/2009 – DOU de 13/11/2009.

Na área tecnológica são autorizados os cursos **Tecnólogo em Gestão Ambiental** e **Tecnólogo em Logística**, ambos pela Portaria nº 300 de 10/12/2009, publicada no DOU de 15/12/2009.

Tecnólogo em Gestão Ambiental reconhecido de 10/12/2009 – DOU de 15/12/2009 e reconhecido pela Portaria MEC Nº 568 de 30/09/2014 - DOU de 01/10/2014 e **Tecnólogo em Logística** DOU 15/12/2009 reconhecido pela Portaria MEC Nº 604 de 19/11/2013 - DOU de 20/11/2013.

Os anos iniciais da Faculdade Católica de Uberlândia são promissores, tanto que justificaram o aumento de ofertas de cursos de graduação. A leitura do PDI com vigência para o período 2009-2013, formulado com base na regulamentação proposta no Decreto 773, de 09 de maio de 2006, apontava para a ampliação da oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Conforme exposto nas metas para o período em questão, a Faculdade pretendia “*construir um novo campus universitário*”, entre outras cuja realização futura se mostrava factível.

Nos termos fixados no antigo PDI (2009-2013)

A Faculdade Católica pretende, nestes próximos cinco anos, ampliar a oferta de curso graduação e Pós Graduação *lato sensu*. Cumpre-se destacar a consolidação das áreas de extensão e pesquisa. Para alcançar esse objetivo algumas medidas foram tomadas, entre elas a construção de um novo campus.

As futuras ações da Católica são pautadas em parcerias e convênios que buscam firmar com outras instituições a criação e ampliação de novos cursos e projetos no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão refletindo as práticas educacionais e a produção científica dos professores pesquisadores, relacionadas com as necessidades da realidade Cultural, social e ambiental da nossa região. Os desdobramentos destas atividades são evidenciados em eventos promovidos pela Instituição.

Ocorre que pelo final do ano de 2011 inicia-se um processo de discussão da Soceub (Sociedade Católica de Uberlândia) com a Sociedade Mineira de Cultura (SMC), mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, tendo em vista conjugação de esforços para a melhoria e ampliação das condições de oferta da

Faculdade em Uberlândia. Dessa confluência ocorreu o processo de substituição de mantenedoras, com a Sociedade Mineira de Cultura absorvendo a Faculdade Católica de Uberlândia. Referido processo foi apresentado ao MEC em 2012, nº e-MEC 201202802, que culminou com a transferência de mantenedora pelo ato normativo ínsito à Portaria nº 24, de 25 de janeiro de 2013.

Simultaneamente, a Faculdade passa a trabalhar em conjunto com a PUC Minas nas dimensões acadêmicas, primeiramente, e administrativamente, em seguida. Com isso, o projeto adiantado pela Faculdade de criar um novo *campus* é absorvido pela PUC Minas, efetivando-se com o pedido de criação de *campus* fora de sede, ocorrido no ano de 2013, processo e-MEC nº 201355487, juntamente com o pedido de autorização do curso de Sistema de Informação, processo nº e-MEC 201355016.

Embora o pedido de credenciamento de *campus* fora de sede tenha ocorrido em setembro de 2013, até o final do ano de 2014 ainda não foi concretizada a avaliação *in loco* pelo Inep, o que implica no atraso de todo o cronograma de incorporação da Faculdade Católica pela PUC Minas, na forma de unificação de mantidas, conforme previsto no Decreto 5.773/2006. Todavia, a proposta de unificação de procedimentos entre as IES permanece em desenvolvimento.

A Faculdade Católica de Uberlândia, em consequência dos fatos supra relatados, teve sua ação de formulação do novo PDI sobrestada no ano de 2013, objetivando fixar seu planejamento a partir do ano seguinte. Diante da demora no processamento do credenciamento do *campus*, tornou-se imperativo reelaborar o PDI, para o período 2014-2018, para dar continuidade à sua existência acadêmica e administrativa, sendo certo que a publicação do ato de credenciamento do *campus* fora de sede da PUC Minas acarretará a unificação da Faculdade com a Universidade, passando a ser unicamente *campus* de Uberlândia, composto da unidade atualmente no endereço da Faculdade, Rua Padre Pio, nº 300, juntamente com o endereço da nova sede, já submetida à avaliação *in loco*, na Rua Varginha, nº 149, bairro Daniel Fonseca, segundo preceituam a norma do artigo 57, da Portaria 40/2007, e a norma do artigo 25, do Decreto 5.773/2006.

Este novo PDI, portanto, embora ainda elaborado em nome da Faculdade Católica de Uberlândia, reproduz a lógica e sistemática acadêmico-administrativa da PUC Minas, pelo fato de estas IES não se manifestarem como unidade ainda apenas por questões de processamento administrativo perante o MEC. Para efeitos internos, a Faculdade é hoje uma extensão da PUC Minas em termos acadêmicos.

Desde o ano de 2013 a direção da Faculdade Católica de Uberlândia passou a participar das reuniões acadêmicas da PUC Minas, bem como das propostas e levantamentos elaborados pela Secretaria de Planejamento (Seplan). Também passou a ser assessorada pela Comissão Própria de Avaliação da PUC Minas, nos procedimentos de autoavaliação.

Sobretudo as análises formuladas pela Secretaria de Planejamento ensejaram as propostas de encerramento de alguns cursos da Faculdade, já informados ao MEC para a alteração do status para “curso em extinção”. Por sua vez, constatou-se que a região se mostra propícia para abertura de alguns cursos, como Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo, Medicina Veterinária e Relações Internacionais.

O desenvolvimento da Faculdade Católica de Uberlândia, portanto, se deu com sua vinculação à PUC Minas e se fortalecerá com sua transformação em um dos *campi* desta Universidade, o que a engrandece por ter atraído o interesse de uma das mais prestigiadas universidades brasileiras.

2) DIMENSÃO 1 – MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Relativamente ao desenvolvimento institucional, cumpre iniciar com a exposição da missão e da responsabilidade social da Faculdade.

2.1) Missão

A Faculdade Católica de Uberlândia tem por missão produzir, sistematizar e socializar o conhecimento a partir de valores ético-cristãos, tendo como perspectiva o desenvolvimento de uma sociedade justa, democrática e solidária.

Objetivo Geral

Formar profissionais éticos, empreendedores e conscientes preparados para atender as exigências do mercado de trabalho e participar ativamente na defesa do meio ambiente, da inclusão social, do patrimônio cultural e da produção artística da sociedade.

Objetivos Específicos

- i. Desenvolver no aluno um perfil profissional consistente e flexível para fazer face à dinâmica do mercado de trabalho;
- ii. Promover, por meio da integração entre os diversos cursos, a organicidade e a transdisciplinaridade para assegurar a concretização dos compromissos institucionais e o perfil profissional definido em cada curso;
- iii. Oferecer, aos docentes e servidores técnico-administrativos, programas de formação continuada e qualificação profissional;
- iv. Desenvolver mecanismos pedagógicos e administrativos para a redução dos índices de evasão e repetência;
- v. Ampliar a interlocução entre a Faculdade Católica e a Sociedade para o enriquecimento curricular do aluno e o desenvolvimento da sociedade;
- vi. Otimizar recursos materiais, financeiros e de infra-estrutura física, para a utilização plena da capacidade instalada da Faculdade Católica;
- vii. Estabelecer parâmetros de qualidade no oferecimento de ensino para o trabalho de cada curso;
- viii. Ampliar e diversificar as atividades de ensino em níveis de graduação, de pós-graduação, pesquisa e de extensão,

- ix Incentivar o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa;
- x Adequar os espaços institucionais, levando em conta o acesso das pessoas com deficiências.
- xi Garantir em todas as ações educacionais, um permanente caráter científico e técnico de pesquisa, planejamento, acompanhamento e avaliação.
- xii Atualizar periodicamente a Biblioteca da Instituição, com novas fontes bibliográficas, para atender as necessidades dos cursos oferecidos e garantir o enriquecimento cultural dos alunos, docentes e servidores em geral.

2.2 Sobre a implementação do PDI 2014-2018

No domínio do desenvolvimento institucional, a Faculdade trabalha atualmente na fixação de metas em conjunto com a PUC Minas, diante da certeza de unificação das mantidas sob a forma de organização administrativa de universidade.

Não obstante as metas se orientarem para objetivos comuns, a Faculdade pretende solicitar a autorização de cursos a saber, Arquitetura e Urbanismo, Medicina Veterinária e Engenharia de Produção, até o final do prazo de validade deste PDI.

Internamente a Faculdade vivencia o processo de desativação de alguns de seus cursos e trabalha, com a direção da PUC Minas, na implementação de novos cursos, como exposto acima. Nesse sentido, pode-se afirmar que a implementação do novo PDI se subordina aos referenciais do PDI da universidade, pelo fato de a Faculdade encontrar-se em fase de unificação com a PUC Minas, passando a constituir-se em *campus* da Universidade, através do processo de unificação de mantidas.

2.3 Processos de autoavaliação

A diretoria da Faculdade Católica de Uberlândia, em razão mesma do vínculo com a

PUC Minas, decorrência do fato de ambas estarem submetidas à mesma mantenedora, além do fato de constar do PDI 2012-2016 desta Universidade, a criação do *campus* de Uberlândia, com a incorporação de seus cursos, passou a integrar o corpo da Pontifícia Universidade Católica, ao mesmo tempo que levaram para a Faculdade os mecanismos e processos desenvolvidos nesta Instituição.

Especialmente, a autoavaliação institucional, conduzida pela CPA, tornou-se única para as duas instituições, ainda que provisoriamente, pois a integração da Faculdade Católica de Uberlândia, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais se concretizará, tão logo seja publicado o ato de credenciamento do *campus* fora de sede, pois este já foi aprovado pelo Conselho Universitário, tanto quanto a incorporação dos cursos em oferta na Faculdade.

Quanto à autoavaliação institucional, cumpre informar como este se processa e é concebido na PUC Minas.

Para atingir seus elevados objetivos, a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais está ciente de que não pode prescindir dos processos de autoavaliação instituídos e, por isso, buscará sempre aprimorá-los, para que a avaliação institucional se torne parte integrante da vida universitária como instrumento de melhoria contínua e ação emancipatória e como lente através da qual a Universidade se pensa e se constrói. Indicando esse propósito ético de transparência auto avaliativa, a PUC instalou o Programa Permanente de Avaliação Institucional (Propav), dois anos antes da implantação do Sistema Nacional de Avaliação proposto pelo Ministério da Educação (MEC), e vem desenvolvendo, de maneira cíclica e continuada, um projeto de avaliação, através da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que busca ouvir todos os segmentos da comunidade universitária e mostrar às instâncias competentes os pontos que merecem atenção. Dessa maneira, todas as dimensões acadêmicas e de gestão podem se articular de modo harmônico e orquestrado para o cumprimento dos fins últimos da Instituição expressos neste projeto pedagógico institucional.

O processo avaliativo, formalmente institucionalizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em 2004, vem consolidando-se, desde então, na PUC Minas, com objetivo não só de avaliar as condições que subsidiam o processo de produção do conhecimento na Universidade, como, também, de zelar

pelo cumprimento de sua missão e de seus valores. Além disso, propicia o conhecimento necessário a uma postura atuante e inovadora frente aos desafios que a ela se colocam, quer sejam no âmbito da produção científica quer seja no da interação com a realidade social. Permite, também, à Instituição se adiantar às constantes mudanças e inovações ocorridas na atualidade e que provocam transformações profundas nas diversas esferas sociais e, mais urgentemente, na Universidade.

A Instituição reconhece que a avaliação institucional deve ser parte integrante e cotidiana da vida universitária, como instrumento de progresso, emancipação e como processo norteador na busca pela visão institucional proposta. Em consonância com princípios como formação humana, ética e solidária, a Universidade estimula a participação de toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), instância responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e divulgação dos resultados do esforço avaliativo.

O compromisso institucional com a avaliação pode ser percebido pelo atendimento da norma técnica do MEC/Inep, de 2009, que demarcou a postagem anual dos relatórios de autoavaliação. Para tanto, a CPA vem desenvolvendo, de maneira evolutiva e processual, uma transformação em seus processos internos, bem como a construção de uma ação colaborativa, em que instâncias administrativas, cursos e comunidade atuem não só na sensibilização e utilização das informações, mas, também, na construção de metodologias, sistemas e relatórios que atendam às particularidades e complexidades de cada parte que compõe o todo *Universidade*.

O ano de 2009 marcou uma nova atuação da CPA, desvinculada do antigo Programa Permanente de Avaliação e efetivamente comprometida com o caráter técnico do processo. A estrutura foi renovada, com a criação de uma comissão de assessoramento técnico, o que aperfeiçoou o processo e permitiu um resultado mais próximo e direcionado aos diversos atores da comunidade. Nesse sentido, a CPA também qualificou a divulgação das informações e promoveu seminários em todas as unidades e *campi* para apresentar e discutir os resultados da avaliação.

Em 2011, o escopo de trabalho da CPA aumentou significativamente, considerando-se novas demandas tanto internas quanto externas. À Autoavaliação Institucional, somam-se a Avaliação Docente, o acompanhamento das Avaliações dos Cursos de Graduação e a participação na reconstrução e implantação deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Planejamento e Gestão Estratégica (PGE).

Para tal, foi necessária uma reestruturação do setor, redistribuindo o grupo de trabalho em subcomissões, as quais teriam, sob sua responsabilidade, uma parte do projeto de avaliação. A fim de articular todos os projetos em uma rede integrada, interativa e dinâmica, está sendo criado um sistema integrado de avaliação, em que todas as facetas dos processos de avaliação do MEC, previstos nos Sinaes, dialoguem com a Avaliação Docente – sob responsabilidade da CPA –, com o Monitoramento dos Projetos Pedagógicos – que deverá ser feito pela Prograd, em consonância com as diretrizes de Graduação da PUC Minas – e com a construção do PDI e do PGE – coordenada pela Seplan.

Nesse sentido, a articulação tão necessária e desejada entre avaliação e gestão adquiriu consistência, uma vez que o Planejamento Estratégico da Instituição utiliza como fontes de dados as informações da CPA, coletadas com os diversos públicos que compõem a comunidade acadêmica. O trabalho conjunto entre a CPA e a Seplan possibilitou a construção de alguns indicadores para mensuração anual, considerando-se os objetivos estratégicos propostos, bem como a consolidação e a disseminação do processo avaliativo como ação cotidiana na Universidade.

Para os próximos anos, a CPA da PUC Minas pretende consolidar a cultura de avaliação em todas as unidades da Universidade, bem como inserir o discurso avaliativo nas práticas acadêmico-administrativas da IES, de maneira que as informações resultantes dos vários processos sejam efetivamente utilizadas por alunos, professores, funcionários e gestores. Com esse intuito, a Comissão pretende:

- criar um sistema integrado, em que fontes diversas respondam aos indicadores propostos.

- propor nova versão do projeto de avaliação institucional, em que sejam contempladas as novas demandas: Avaliação docente, Monitoramento das avaliações de cursos de Graduação e acompanhamento do PDI/PGE;
- estabelecer canais consolidados de aproximação com a comunidade acadêmica para coleta de informações;
- desenvolver meios, estruturas e processos mais eficazes e contemporâneos para sistematização e divulgação dos resultados das avaliações;
- consolidar a cultura de avaliação na Instituição, como prática cotidiana e fundamental para o constante aprimoramento das atividades acadêmico-administrativas;
- assessorar os diversos setores da Universidade na elaboração de planos e projetos de melhoria de processos e atividades.

Enfim, o programa de autoavaliação desenvolvido pela PUC Minas integra hoje o sistema de avaliação institucional da Faculdade Católica, pelo fato de as instituições se encontrarem em processo de unificação, o que possibilita o intercâmbio de práticas comuns a ambas as instituições, cada uma beneficiando a outra com seu próprio *know how*.

3) DIMENSÃO 2 – POLÍTICA PARA O ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Como é cediço, uma Faculdade não se obriga a realizar pesquisa e extensão como são exigidos das universidades, a teor da norma do artigo 207, da Constituição Federal, definindo-as como instituições que “*gozam, de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*”

Não obstante inexistir obrigatoriedade de produzir pesquisa e extensão, a Faculdade Católica de Uberlândia, desde seu nascedouro, manteve preocupação de manter projetos de pesquisa e formação continuada em projetos de pós-graduação *lato sensu*, além de vários projetos de Iniciação Científica, conduzidos em parceria com a Fapemig. Igualmente, sempre entendeu o ensino em consonância com a pesquisa,

ciente de nosso saber repousar em hipóteses passíveis de sustentação argumentativa, o que significa provisoriedade e refutabilidade.

Em sua formulação originária, a Faculdade se orientava pelos seguintes princípios e políticas acadêmicas:

3.1 Políticas de Ensino

A sociedade brasileira tem consolidado as instituições político-democráticas, fortalecido os direitos individuais e coletivos, participando da economia globalizada e ampliando o reconhecimento da importância da educação na sociedade do conhecimento.

A Faculdade Católica de Uberlândia, de acordo com a sua concepção histórica, considera importante a sua responsabilidade na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho local, regional e nacional. Para isso, busca em seus cursos de graduação o compromisso com as diretrizes e preceitos da excelência educacional.

A Instituição desenvolve cursos de licenciatura e de bacharelado, tendo como princípios de sua política educacional a ética e a prática profissional para o exercício da cidadania.

Desse modo, na formação inicial, há um esforço para propiciar a construção de uma ordem social em processos de aprendizagem permanente, numa relação inter e transdisciplinar, concebendo a organização didático-pedagógica integrada com a pesquisa e com a extensão.

A realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), objetiva criar nos alunos o interesse pela pesquisa e prática da construção e da sistematização dos conhecimentos elaborados e/ou reelaborados, com os Trabalhos de Campo, interligados aos componentes das matrizes curriculares dos cursos. Eles apresentados sob forma de defesa, garantindo assim, o debate acadêmico e sua interface com a pesquisa.

O Estágio Supervisionado se realiza em instituições escolares e não-escolares; referentes à educação; jurídicas; sócioinstitucionais e de comunicação; em empresas onde são desenvolvidas atividades profissionais inerentes à formação do graduando em licenciatura ou bacharelado.

Os Estágios supervisionados são regidos por regulamentos específicos de cada curso.

A Faculdade Católica oferece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como disciplina curricular, optativa e/ou como atividade de extensão, atendendo às exigências de cumprimento da legislação vigente.

Por fim, a relação do ensino com a pesquisa e com a extensão é promovida por meio de Semanas de Iniciação Científica realizadas na Instituição, pelos Simpósios e Semanas Pedagógicas promovidos pelos cursos, para incentivar as comunicações dos projetos e resultados de pesquisas realizadas por discentes e docentes da Católica, socializando o conhecimento para a comunidade interna e externa.

3.2 Políticas de extensão

A Faculdade Católica de Uberlândia compreende a Extensão “como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Plano Nacional de Extensão). Nesse aspecto, reafirma a extensão como processo acadêmico dialético indispensável na formação do estudante, na qualificação dos professores e no intercâmbio com a sociedade. A interlocução entre Faculdade e Sociedade sustenta o processo de produção do conhecimento, estimulando a pesquisa e reforçando os conteúdos da graduação.

A Universidade, como local privilegiado de um saber próprio, necessita abrir-se à comunidade e às exigências do mundo real para compartilhar alternativas que busquem o desenvolvimento humano e a transformação social. Atenta à sua Missão Institucional e à sua responsabilidade, a Faculdade Católica orienta as suas ações por meio de demandas coletivas pautadas na preocupação com a qualidade de vida

em seus aspectos político, social, ambiental e cultural. Com base nos princípios de justiça, inclusão, solidariedade e igualdade a Católica busca, a cada dia, consolidar a Extensão como fator de transformação social.

A Faculdade Católica de Uberlândia iniciou em agosto de 2010 o processo de implantação da política de cotas étnico-raciais, num convênio com a Irmandade de N.Sra. do Rosário e São Benedito. A Irmandade a cada semestre envia relação de candidatos interessados nos diversos cursos oferecidos e, a partir do recebimento, uma comissão interna faz a análise e seleção, considerando critérios que levem em conta a origem étnica e fatores sócioeconômicos. Trata-se de uma experiência inclusiva que deverá ser acompanhada tanto no ingresso dos alunos, bem como, em sua inserção na vida profissional. As atividades de Extensão, tem pautado seus princípios:

- pela sensibilização e qualificação da comunidade externa, com vistas ao desenvolvimento humano e, a um melhor preparo para o enfrentamento da realidade social;
- pelo desenvolvimento de parcerias com grupos representativos dos setores públicos e privados, bem como, da sociedade organizada para atuação conjunta na comunidade, visando uma melhoria da qualidade de vida da população e seu desenvolvimento sustentável;
- pelo estímulo à ampliação de programas e projetos de Extensão direcionados à organização social e à formação para a cidadania;
- pelo fomento e promoção da fruição artístico-cultural;
- pelo apoio técnico e operacional na criação de equipamentos culturais

3.3 Políticas de iniciação científica

O conhecimento só é construído de fato quando há um trabalho consistente e institucionalizado na área de Pesquisa. Do contrário, o que ocorre é uma mera reprodução do saber, que apesar de importante, não deve ser a única linha de ação

de uma instituição universitária. O estímulo à produção científica, por meio da pesquisa, é fundamental para a formação do futuro profissional e para o desenvolvimento das práticas acadêmicas.

A ênfase dada ao programa de iniciação científica, pela Faculdade Católica de Uberlândia, em parceria com a Fapemig, se justifica pela sua relevância na produção e proliferação do conhecimento. O aluno que se envolve com a Iniciação Científica apura melhor seus conhecimentos e, conseqüentemente, se qualifica melhor para enfrentar as situações que ocorrem fora da Universidade, especialmente no mercado de trabalho.

A Faculdade Católica de Uberlândia desenvolve pesquisas através dos projetos da Coordenação de Pesquisa aprovados pelas Coordenações de Cursos e pela Direção Geral. Para o desenvolvimento das pesquisas os recursos financeiros necessários advêm da própria Instituição, de órgãos financiadores e de convênios, aprovados e firmados pela Direção Geral.

Muitas ações são desenvolvidas pela equipe docente e discente da Católica, a partir das disciplinas específicas que compõem a matriz curricular dos cursos que buscam promover a formação de um profissional pesquisador.

A área de Pesquisa tem realizado, anualmente, o Encontro de Iniciação Científica, que tem contribuído para a socialização das produções de pesquisa realizadas por professores e alunos desta e de outras Instituições. É crescente a sua importância no calendário acadêmico regional.

A projeção de unificação da Faculdade Católica com a PUC Minas constituirá uma ampliação dos projetos da Faculdade em relação ao que já é feito nesse domínio, pelo fato de se incorporar as fontes de recursos disponibilizadas pela Universidade.

3.4 Políticas institucionais para a graduação

A incorporação dos cursos de graduação da Faculdade Católica de Uberlândia pela PUC Minas ensejou a apropriação da proposta política de formação na graduação já desenvolvida por esta Universidade. Mesmo diante do fato de ter ocorrido a

desativação de vários cursos de graduação e tecnológicos da Faculdade, tal evento não alterou o processo de unificação da política para a formação superior concebida pela PUC Minas.

Em suas linhas mestras, a política de graduação em vigência na Faculdade, desde o período de elaboração do presente PDI, se pauta pelas seguintes diretrizes ora explicitadas.

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais entende que a educação universitária inclui a formação profissional, mas abarca também as dimensões científicas, éticas e de inserção responsável na sociedade. Esse alicerce está, por isso, subjacente ao presente projeto pedagógico institucional.

Do ponto de vista da implementação da formação universitária, a legislação pertinente, associada às concepções filosóficas que orientam as atividades educacionais da PUC Minas, impõem maior diversidade de organização de cursos, flexibilização curricular, reconhecimento de atividades discentes fora do ambiente escolar, modalidades de ensino a distância e estabelecimento de instrumentos de avaliação para os cursos oferecidos. Apesar da diversidade de tais cursos e das peculiaridades a eles inerentes, é possível identificar princípios comuns constitutivos dessas orientações, os quais se apresentam como os principais desafios para a educação brasileira superior, definindo, por isso, novos padrões para a política de formação universitária: a) reflexão teórica; b) articulação teoria e prática; c) articulação entre ensino, pesquisa e extensão; d) interdisciplinaridade; e) flexibilização curricular.

Quanto aos pressupostos pedagógicos, torna-se imprescindível refletir sobre a ação de ensinar e aprender, considerando sempre os polos desse processo: o docente, com a sua autoridade; e o discente, com a sua identidade e o seu perfil.

Nessa direção, as seguintes perspectivas teóricas orientam os projetos e as ações educativas da Universidade.

Para além dos conteúdos mínimos consensualmente tidos como fundamentais à formação do profissional de qualquer área, fazem-se necessárias uma adequação

metodológica e suplementação curricular apropriada ao perfil do egresso que a Instituição pretende. A seleção de tais métodos e conteúdos tem como princípio a ideia de que as informações que competem à educação formal são as de caráter formador, isto é, as que exercem o papel de sistemas organizadores de informações disponíveis em quaisquer ambientes. São, em última análise, conceitos estruturantes e processos de sistematização e tratamento de dados, fatos etc. Além disso, faz-se cada vez mais preciso incluir, também, conteúdos procedimentais, isto é, meios para que os alunos possam apropriar-se do método, dos procedimentos que levam à assimilação ativa dos conhecimentos instituídos e à construção de novas sínteses.

Os conhecimentos são dinâmicos, caracterizando-se pela incerteza e pelas contingências históricas, não constituindo, pois, verdades absolutas. Isso não significa destituir de valor e crédito a cultura científica, tecnológica e artística já acumulada pela humanidade e que deve, como bem comum, ser direito de todos.

O processo de ensino/aprendizagem consiste em uma teia complexa, que envolve a relação entre o ato de ensinar e o de aprender. Reitera-se a convicção de que o aluno não é um receptáculo passivo dos conhecimentos transmitidos pelo professor.

A complexa relação ensino/aprendizagem só acontece se houver compatibilidade de objetivos, emoções, conteúdos e projetos compartilhados por professores e alunos. Se isso não ocorre, o que é muito frequente, o processo pedagógico torna-se tenso e, na maioria das vezes, desagregador e inócuo. É preciso, portanto, conhecimento mútuo entre os participantes do processo educacional, diálogo, desenvolvimento da confiança e estabelecimento de compromissos comuns, para que os protagonistas do processo de ensino/aprendizagem construam estratégias de comunicação que lhes permitam a compatibilidade almejada.

O sujeito da aprendizagem, como sujeito do conhecimento, requer um meio cada vez mais amplificado, que lhe ofereça informações que possam ser por ele ressignificadas. Sem atribuição de significado não há produção de conhecimento, nem tampouco aprendizagem, porque não há compatibilidade entre o que o aluno se dispõe e pode aprender de acordo com o seu sistema auto-organizador e aquilo que se pretende que ele aprenda. Para que ele consiga autonomia intelectual e moral,

devemos oferecer-lhe uma ampla gama de atividades didáticas, as mais provocativas e instigantes possíveis. Método de projetos, práticas investigativas, debates, discussões de temas complexos propostos pelos alunos ou sugeridos pelo professor ou, ainda, por um coletivo de professores, quando legitimados pelo grupo discente, costumam dar ótimos resultados.

O processo de ensino/aprendizagem apoia-se na comunicação por meio principalmente da linguagem. Embora os significados das palavras e conceitos possam ser socialmente construídos e consensuais, pelo menos para determinada comunidade, representam uma variante de produção de sentido e, como tal, guardam estreita relação com as vivências do sujeito. A intercomunicação demanda reciprocidade, paciência e mobilidade intelectual, para entendermos as razões de nossos interlocutores.

Por necessidade de coerência com o que vem sendo defendido, coloca-se claramente a demanda da formação de uma nova mentalidade e de uma nova prática de avaliação, segundo a qual deve-se minimizar a memória e buscar aferir se os objetivos foram alcançados em termos de competências e habilidades pensadas à luz do rápido desenvolvimento do conhecimento e das tecnologias. A avaliação deve ser vista como forma de acompanhamento do processo ensino/aprendizagem da maior importância, por fornecer informações relativas às aprendizagens, às estratégias mentais do ato de aprender, à formação geral do aluno e aos processos que ele mobiliza para solucionar problemas. Para além dessas funções, a avaliação tem extrema relevância como fonte de regulação do próprio trabalho do professor e da instituição, visando à adequação das providências cabíveis.

3.5 Políticas institucionais para a pós-graduação

A Faculdade Católica de Uberlândia assume as premissas de compreensão e orientação da prática de pesquisa tal como formuladas pela PUC Minas, sobretudo pelo fato de previamente já reconhecer a pertinência das mesmas. Endossa, assim, que o objetivo da pesquisa desenha-se como a busca de atualização e produção de conhecimento, além da formação humana de alto nível. Nesse sentido, a

investigação científica transforma-se em importante expressão da identidade de qualquer instituição universitária, e em especial esta Universidade, quando os esforços e os estímulos propiciam o desenvolvimento do processo de conhecimento da realidade social, abrindo caminho para necessárias intervenções ou aumentando o acervo de ideias, ideais, noções, conceitos, varreduras e generalizações que tornam possíveis outras descobertas e tecnologias e, em sentido mais lato, a promoção do engrandecimento do ser humano, traduzido em seus saberes e nas ações deles decorrentes.

A Universidade entende, por pesquisa, aquele conjunto de atividades formalizadas de investigação científica em qualquer área do conhecimento, mediante projeto articulado e metodologias especificamente adequadas ao perfil singular de cada área. Assim, enquanto reitera o postulado ético, o rigor do método e a consequente confiabilidade da ciência, a Instituição não privilegia ou endossa nenhum postulado ou postura sobre o fazer científico, que enquadre como não confiáveis os saberes que, dada sua especificidade, não utilizam investigação empírica ou quantitativa, mas outras modalidades de inquérito. Do mesmo modo, condena qualquer privilégio dado a qualquer área do conhecimento, elegendo o mérito intrínseco dos projetos como o principal parâmetro comparativo.

Ciente dos desafios impostos pela magnitude, escopo e nobreza de propósitos dos fazeres investigativos, e chamando para si a responsabilidade de construir uma instituição cada vez mais comprometida com a produção do saber, a PUC Minas e agora também a Faculdade Católica de Uberlândia vêm delineando uma sólida política de pesquisa que já resulta em crescente consolidação da excelência de serviço que seu principal mandato estipula. Nesse sentido, a Instituição busca superar os padrões legais já estabelecidos como patamares para o País, a fim de cumprir seu papel de instituição em que a pesquisa acadêmica e a produção de conhecimento associam-se ao ensino e extensão, conforme proclamado no art. 207 da Constituição da República e assegurado na Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN).

Essa superação que, em última instância, culminará no reconhecimento da Instituição como centro de excelência, deve assentar-se sobre o alicerce do

compromisso fundamental com a ética; do balizamento pelo mérito; da articulação entre pesquisa e ensino de graduação, pós-graduação e extensão; do incentivo à formação de grupos de pesquisa formal e da qualificação permanente do corpo docente.

4) DIMENSÃO 3 – A RESPONSABILIDADE SOCIAL

4.1 Da concepção de responsabilidade social

A responsabilidade social da Faculdade Católica concretiza-se na formação de profissionais competentes, críticos e comprometidos com a sociedade, a partir da valorização do docente e do corpo técnico-administrativo da Instituição; da busca da melhoria da qualidade de vida da comunidade local e regional; da defesa do meio ambiente; da parceria entre instituições públicas, privadas e ONGs; do reconhecimento e valorização da memória, do patrimônio e da produção artística e regional.

A IES desenvolve programas e projetos integrados aos interesses sócio culturais por meio das seguintes ações:

- ✓ apoio à execução de programas e projetos articulados com instâncias de representação comunitária;
- ✓ participação em editais para projetos voltados para a inclusão social propostos pelo poder público;
- ✓ articulação das atividades de Extensão com todos os cursos de graduação para a realização de atividades educativas, de caráter sócio cultural;
- ✓ vinculação da IES ao PROUNI e ao FIES;
- ✓ ingresso de alunos à IES por meio de cotas étnico-raciais;

A Faculdade Católica desenvolve uma política de atendimento aos alunos em situação de vulnerabilidade social que lhes permite o acesso ao ensino superior. Para isso tem parceria com o Governo Federal em programas como o Fies e Pro Uni e oferece também um financiamento próprio com o mesmo objetivo. Disponibiliza também bolsas integrais e parciais para afro descendentes e portadores de deficiência física.

Tabela 2 – Distribuição dos benefícios por aluno (ref. Dez 2013)

Tipo de benefício	Número de alunos
ProUni	84
Fies	68
Cred. Cat.	2
Deficientes físicos	13
Cotas	3
Bolsa seminarista	33
Total de alunos da IES	602

Com a co-participação dos dirigentes da Faculdade nos processos acadêmicos e administrativos da PUC Minas, pode-se afirmar que já existe uma confluência de objetivos no que se refere à responsabilidade, devendo ser incorporados à Faculdade os seguintes princípios e práticas de responsabilidade social da PUC Minas que, de seu lado, assume as seguintes premissas de atuação:

Para que possa cumprir com o seu papel de sustentáculo da ordem social, uma instituição de educação superior deve estar em sintonia com a realidade que a cerca, com os problemas que a sociedade coloca como pertinentes e com as questões sociais, políticas e econômicas da região onde se localiza. Além de formar

profissional qualificado para enfrentar as necessidades do mercado de trabalho, as IES devem também formar cidadãos eticamente responsáveis e comprometidos com as transformações sociais. Nesse sentido, a responsabilidade social dessas instituições deriva da própria natureza dos serviços, atividades e processos que realiza e de que se compõem.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, entre outras determinações, normatiza, no âmbito da educação superior, o termo “responsabilidade social”, incluindo esse quesito como uma das dez dimensões de avaliação das IES. O Sinaes define que a responsabilidade social da instituição “refere-se à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural” (BRASIL, 2004).

Nessa direção, a Faculdade Católica de Uberlândia, em sintonia com a PUC Minas, incorpora à formação técnico-científica os princípios relativos à promoção da justiça social, da preservação do meio ambiente, da solidariedade e do respeito entre os povos, bem como do reforço aos valores éticos e morais, reconhecendo a responsabilidade que tem como instituição de educação superior. A Universidade mantém, desde sua fundação, o compromisso de priorizar os princípios humanísticos em todas as atividades e procedimentos. Essa marca está registrada em seus documentos constitutivos, nos projetos pedagógicos de seus cursos, em seus planejamentos anuais e plurianuais e nos regimentos de órgãos de apoio e de execução de suas políticas. A defesa dos direitos à vida plena e digna de homens e mulheres, substantivada pelos valores cristãos, expressam seu caráter confessional e sua vinculação direta à Igreja Católica Apostólica Romana.

Assim, de um lado, a extensão universitária, juntamente com o ensino e a pesquisa, possibilitam às IES cumprirem sua responsabilidade social. Esse conceito refere-se tanto à formação acadêmico-científica, profissional, ética e política dos cidadãos, à produção de conhecimento e promoção do avanço da ciência e da cultura, como apregoa o Sinaes, como diz respeito também à inclusão social, ao desenvolvimento socioeconômico, à defesa ambiental, da memória e da cultura de um povo.

Dessa forma, a extensão, em suas várias modalidades (projetos, programas, eventos, cursos etc.), traz, intrinsecamente, o caráter social que configura a missão da Instituição, uma vez que prioriza a construção coletiva de conhecimentos, a partir do fazer acadêmico unido ao popular. Ela é o *locus*, por excelência, do exercício da função social da Universidade, consolidando-se como meio estratégico que permite ampliar os canais de interlocução com os segmentos externos. Isso possibilita à comunidade acadêmica buscar o equilíbrio entre sua vocação técnico-científica, a vocação humanizadora e seu compromisso social.

Programas e ações conjuntas a serem efetivadas com parceiros internos e externos refletem a responsabilidade social da Faculdade e da PUC Minas para o próximo quinquênio. Alguns exemplos são os programas de assistência social realizados por professores e alunos de vários cursos da Universidade, como o Projeto Parlamento Jovem que a partir de 2015 será realizado em Uberlândia em parceria com a PUC Minas e se transformará em uma referência de formação política de estudantes. E outros projetos que já acontecem nas diversas Unidades da PUC Minas e podem ser extensivos a Uberlândia; o Vila Barraginha, em Contagem; a preocupação com o meio ambiente, na atuação do Rondon Minas Resíduos; atividades que auxiliam o desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes; a atenção com idosos; alternativas que possibilitem a reinserção social de egressos do sistema prisional. Além disso, integram as ações de responsabilidade social estudos, pesquisas, diagnósticos e produção bibliográfica que abrangem as áreas: Saúde e Meio Ambiente; Tecnologia e Inovação; Trabalho e Produção; Infância, Juventude e Educação; Políticas Urbanas; Direitos Humanos e Inclusão.

No próximo quinquênio, pretende-se ampliar as ações extensionistas de responsabilidade social, concernentes a programas de assistência e inclusão social.

De outra sorte, e para além das ações extensionistas, as duas instituições, PUC Minas e Faculdade Católica de Uberlândia, estão assistidas pela Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários (Secac) que se volta para o atendimento social, prioritariamente dirigido ao corpo discente, complementando a atuação socialmente responsável que suas atividades fins já preveem. A Secac presta serviços e desenvolve ações que visam à inclusão social de alunos em situação de pobreza, a

portadores de necessidades especiais, além de atuar no desenvolvimento de ações culturais e da preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental.

4.2 Dos programas de inclusão social

A Coordenadoria de Apoio Comunitário, instância que compõe a Secac, é responsável por ações de apoio ao aluno carente e em situação de inadimplência com a Universidade, à inclusão social, pedagógica e acadêmica dos portadores de necessidades especiais; nesse caso, por meio do Núcleo de Apoio à Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais (NAI), também afeto à Secac.

A inclusão do aluno e funcionário com necessidades especiais é um compromisso institucional. O NAI é o setor que articula e coordena as ações de atendimento a esse público. Presta atendimento aos discentes e funcionários em suas dificuldades de natureza didático-pedagógica, acadêmica e/ou de acessibilidade. Para isso, dispõe de letores, copistas, intérpretes, além de material e recursos instrumentais que auxiliem o portador tanto em sala de aula como no trabalho. Por outro lado, oferece suporte ao docente na lida com o aluno portador de deficiência. Sua atuação envolve, ainda, a organização de oficinas especiais para qualificação e treinamento desses sujeitos, elaboração e compilação de material didático-pedagógico, auxílio à PRORH nas políticas de inserção e qualificação do corpo funcional da Instituição portador de deficiência. Da mesma maneira, atua junto à Proinfra, municiando-a com demandas e orientações relativamente às políticas de acessibilidade dentro dos *campi*. A criação do NAI, em 2004, representa o coroamento de uma política de estudos, pesquisas e difusão dos princípios da Sociedade Inclusiva.

O NAI vem ampliando e aperfeiçoando a sua missão institucional, por meio do desenvolvimento de programas que possibilitem maior acessibilidade e sucesso na vida acadêmica a seus discentes com deficiência. As ações realizadas, a partir de 2005, projetadas nos PDIs desde 2007, ultrapassaram a determinação legal de garantir aos alunos surdos a presença, em sala de aula, do intérprete de Libras; aos alunos cegos, a transcrição do material didático em Braille e, aos alunos com limitações locomotoras (LLM), a acessibilidade arquitetônica. As atenções do Núcleo

estão voltadas para conhecer as necessidades individuais de cada aluno, acompanhar o seu desenvolvimento global e disponibilizar o suporte necessário à sua condição especial. Fazem parte desse acompanhamento também o atendimento às demandas apresentadas pelos coordenadores de cursos, professores, colegas e mesmo pelas famílias que, eventualmente, procuram a Instituição para orientações específicas.

Destaca-se, nesse contexto, a importância da implantação, em 2007, do Laboratório de Tecnologias Assistivas, partilhado com o Curso de Tecnologia em Comunicação Assistiva - Libras e Braille, que se constitui em um espaço rico de técnicas facilitadoras do processo de aprendizagem para os alunos cegos, surdos e com limitações locomotoras. São propostas do NAI:

- a consolidação e ampliação do programa de Oficinas de Libras, Braille e Comunicação Alternativa;
- o desenvolvimento de pesquisas na área de tecnologias assistivas, em parceria com professores da Universidade e apoio da PROPPG;
- a ampliação da acessibilidade digital e sonora para deficientes visuais ao Portal PUC, ao PUC *Online* e ao SGA, em conjunto com a Secretaria de Comunicação.

No âmbito da Secac, destaca-se, também, a atuação da Coordenadoria de Atividades Artísticas e Culturais, que tem como função desenvolver ações que estimulem a produção e o consumo de atividades artístico-culturais na Universidade, tendo em vista o entendimento de que elas são também constitutivas de uma boa formação acadêmico-profissional. Sua ação se insere no processo de formação dos vários atores que compõem a comunidade acadêmica, visando ao desenvolvimento de habilidades artísticas e de competências para o trabalho com a cultura. Estende sua ação para o público do entorno da Universidade por meio de oficinas, videoconferências, eventos artísticos culturais variados, feiras e outros.

A Coordenadoria de Apoio Comunitário tem consolidado uma série de ações que visam ao atendimento de alunos, e, para o próximo quinquênio, pretende-se seja

mantida a atual política, aprimorando-se os processos de concessão de benefícios, tais como:

- Bolsas ProUni – a PUC Minas aderiu ao Programa Universidade para Todos, desde sua implantação em 2005, otimizando, a cada ano, o processo de aplicação dessa política pública de incentivo ao acesso de cidadãos carentes à Universidade;
- Financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies);
- Bolsa Institucional de 50% para alunos ingressantes, e cujo perfil não se enquadre nos critérios estabelecidos pelo ProUni;
- Programa Institucional de Financiamento Estudantil – Crédito Educacional Rotativo Especial (CER) – direcionado à quitação de débitos de discentes inadimplentes com a Instituição, permitindo-lhes a continuidade dos estudos
- Assistência a alunos beneficiados com o ProUni, Bolsa Institucional e Fies, no que se refere a orientações quanto ao período de duração do benefício e a situações que implicam perda de benefício e, ainda, o reestudo de situação socioeconômica, para eventual reavaliação da concessão;
- Prestação de serviço de atendimento, juntamente com a Pastoral na Universidade, a professores e funcionários, em caso de doença grave e falecimento na família;
- Programa Qualidade de Vida, voltado à difusão e discussão de temas relacionados à saúde e aos bons hábitos de vida, desenvolvido em conjunto com a Pastoral na Universidade, a Proinfra, o ICBS e a Faculdade de Psicologia.

A PUC TV, como parte da Coordenadoria de Atividades Artísticas, tem destaque na difusão do conhecimento, na medida em que dissemina as ações e conteúdos produzidos pela Universidade. Assim como os outros espaços, tem, em sua grade, programas que reafirmam os valores e a missão da PUC Minas, coadunando a formação acadêmica com os princípios éticos e da cidadania. Socialmente responsável, veicula entretenimento e conteúdos formativos e educacionais que contribuem para a difusão de valores morais e solidários.

O Museu constitui-se como depositário de acervo de fósseis valiosos, configurando-se como um espaço de preservação e de educação ambiental aberto à comunidade interna e externa. A responsabilidade social da PUC Minas, no que toca ao patrimônio histórico e natural, tem, no Museu, uma de suas mais significativas expressões.

Por fim, a Pastoral Universitária atua tanto no desenvolvimento de ações que resgatam valores morais e religiosos condizentes com uma postura ecumênica e cristã, quanto também estimula, por meio de projetos e eventos, a atuação solidária da comunidade acadêmica com os mais pobres. Nessa linha, de forma dialógica, contribui para a realização da missão da Universidade tendo suas ações assentadas nos princípios cristãos e na busca do resgate da dignidade humana, da cidadania e da ética nas relações entre os indivíduos.

Pensar a responsabilidade social de uma universidade comunitária e confessional, como são as duas instituições em processo de unificação, portanto, é compreender sua importância no contexto atual e seu compromisso com o protagonismo de comunidades, a partir do incentivo a ações que possibilitem o pensamento crítico, a independência de programas assistenciais, a cidadania ativa e a ênfase no potencial de cada localidade.

4.3 Da defesa do meio ambiente, da memória cultural e do patrimônio cultural

4.3.1. Defesa do meio ambiente

Desde os anos 1960, a temática ambiental vem incorporando-se ao debate mundial e, gradativamente, ganhando destaque nas agendas internacionais. Entretanto, foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) que as IES se engajaram na discussão do desenvolvimento sustentável, avançando além das iniciativas isoladas de controle ambiental e de busca de eficiência energética até então praticadas em algumas universidades, com destaques para alguns países europeus.

O modo mais rápido de engajamento das IES nesse debate se deu através da perspectiva formativa: o repúdio à degradação ambiental e o cumprimento da função educacional voltada para a formação de egressos capacitados a intervir, de modo ambientalmente sustentável. Educar para o desenvolvimento sustentável passou a ser uma nova missão para as IES.

No Brasil, as iniciativas de implantação de Sistemas de Gestão Ambiental em universidades ainda são pouco conhecidas, podendo ser citados os exemplos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). Dentre as instituições confessionais, pode-se mencionar a iniciativa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio).

Para que a Faculdade tenha capacidade de lidar com a dimensão da sustentabilidade em seu cotidiano, os vínculos entre a educação e a vida devem ser valorizados, renovando as práticas educativas e administrativas. A “ambientalização” da PUC Minas, passou a ser instrumento adotado pela Faculdade Católica de Uberlândia, associada a práticas de educação para a sustentabilidade, favorecendo a articulação dos saberes por meio da intersetorialidade e transdisciplinaridade, permitindo uma visão mais global do mundo e, por consequência, uma atuação efetiva para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma atitude pedagógica, capaz de quebrar o isolamento das disciplinas e dos setores, pela circulação de conceitos e valores, instituindo um novo olhar sobre as coisas.

O levantamento sistemático, a organização e a divulgação dos trabalhos já desenvolvidos em torno da temática ambiental no âmbito da PUC Minas e da Faculdade Católica geram capacidade de incorporar a sustentabilidade ambiental no cotidiano da comunidade acadêmica.

Para a PUC Minas, como para a Faculdade, prevê-se a sistematização de ações que fortaleçam as políticas públicas e tratados internacionais pertinentes, sintonizando-se, na mesma escala, com ações que fazem desta Instituição a maior Universidade

Católica do Mundo. Com destaque, trata-se mais de reconhecer que propriamente criar uma agenda de sustentabilidade.

Propõe-se um Plano de Sustentabilidade Ambiental para esta IES *multicampi*, que pressupõe a articulação de quatro dimensões de atuação, a saber:

- a formação de agentes capazes de incorporar a temática ambiental em suas práticas profissionais cotidianas;
- o desenvolvimento de ações investigativas com vistas à inovação para solução de problemas ambientais;
- a articulação de atores e interesses voltados para a gestão ambiental e a comunicação entre os mesmos;
- a exemplificação, através da adoção de práticas sustentáveis, em todos os níveis de atuação universitária.

4.3.2. Defesa da memória cultural e do patrimônio cultural

Desde a sua fundação, a Universidade vem desenvolvendo uma política cultural coerente com os princípios humanistas que orientam a sua ação produtora, armazenadora e transmissora de conhecimento; portanto, em estreita sintonia com a sua política educacional.

A Universidade busca dotar os *campi* e unidades de um ambiente propício ao desenvolvimento cultural de seu alunado, facilitando o relacionamento entre públicos de áreas diversas do conhecimento, o acesso a equipamentos culturais diversos e a contínua exposição a ações culturais e à própria mensagem emanada dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, construídos para abrigar atividades educacionais.

De outro lado, a universidade, estrategicamente, tem interagido com produtores culturais – universidades, associações, fundações, grupos e indivíduos – buscando maior amplitude de ação. Este intercâmbio possibilitou a consolidação de importantes projetos, tais como apresentações de música erudita e popular, exposições de pintura, desenho, escultura e fotografia em galerias, corredores e jardins, além de oficinas e feiras de artesanato.

Na direção já explicitada, a Secac, cujo propósito principal é aglutinar e incrementar as ações de diversos setores envolvidos com a produção e a difusão cultural na Universidade, utiliza-se basicamente dos seguintes equipamentos culturais:

Museu de Ciências Naturais

Depositário de valioso acervo de fósseis, com destaque para uma das maiores coleções de mamíferos do período Pleistoceno, e de coleções da fauna e flora atuais, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas configura-se como importante centro de pesquisa, de difusão científica e de educação ambiental.

Instalado em prédio adequado à sua finalidade e dotado de infraestrutura técnica e científica de qualidade, o Museu conta com uma qualificada equipe de pesquisadores responsáveis pela manutenção e ampliação das coleções, pelo desenvolvimento de pesquisas, orientação e formação de acadêmicos em programas de iniciação científica, bem como supervisão das atividades educativas e expositivas. Sua equipe de apoio é integrada por profissionais das áreas de Biologia, Física, Educação, Artes-Plásticas e Comunicação, e por técnicos qualificados na produção de material pedagógico e expositivo. Considerando a especificidade e a quantidade de seu público principal - superior a 50.000 alunos do ensino fundamental e médio por ano – o Museu absorve grande número de alunos de graduação, que são preparados para atuar como mediadores de visitas previamente programadas com os professores das turmas visitantes. Outra vertente da interface com a graduação e a pós-graduação é o crescente recrutamento de alunos bolsistas para atividades de pesquisa. O Museu caracteriza-se, portanto, por uma atuação de fomento à inter e à multidisciplinaridade, enriquecedoras do processo educativo.

Projetam-se para o próximo quinquênio, sempre em parceria com órgãos da Universidade e organizações da sociedade:

- a) a consolidação das novas coleções – Ictiologia, Malacologia, Reserva Técnica e Vozes da Natureza;
- b) a constituição de um banco de projetos, objetivando a normalização do fluxo de entrada de recursos;

- c) a conclusão dos projetos arquitetônicos dos dois blocos remanescentes e o encaminhamento às agências de fomento e leis de incentivo;
- d) a abertura para novas áreas científicas, sobretudo, a Física;
- e) o aprimoramento do seu processo educativo e de comunicação;
- f) a consolidação do processo de produção e de comercialização de réplicas, objetivando a sustentabilidade;
- g) a criação de atividades auto-sustentáveis no campo da arqueologia.

PUC TV:

Considerada como uma das mais importantes emissoras universitárias do País, a PUC TV exhibe, atualmente, seis horas diárias de programação própria, para cerca de 250 mil domicílios na região metropolitana de Belo Horizonte. Seu conteúdo tem compromisso com a educação e a cultura, divulgando a produção de conhecimento da PUC Minas, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e de ações socialmente responsáveis. Representa importante canal de experimentação e de vazão para a criatividade dos alunos de Comunicação. Redimensionada no formato TV Escola, a PUC TV orienta a sua atuação no sentido da complementaridade da formação do profissional de comunicação, com ênfase na qualidade do conteúdo, na estética da forma e na ética do comportamento. O convite da TV Futura para um processo de cooperação técnica e de intercâmbio de produção cria novas perspectivas para o canal, que vê, no modelo, uma via de ampliação quantitativa e qualitativa de sua audiência.

Pretende-se, para o próximo quinquênio, prosseguir nessa linha, buscando, assim, aprofundar o diálogo da Universidade com o seu público e consolidar-se como privilegiado canal de difusão científica e cultural e de formador de profissionais qualificados.

Escola de Teatro

A Escola de Teatro situa-se hoje como um centro de referência na formação de atores do estado de Minas Gerais. Tradicionalmente, a Escola oferece o Curso Processo Profissionalizante – formação de nível técnico para capacitação

profissional em convênio com o Sindicato dos Artistas Técnicos em Espetáculos e Diversões (Sated-MG) e desenvolve atividades nas áreas de iniciação teatral para crianças, adolescentes e adultos, preparação artística e pedagógica, pesquisa e criação, proporcionando ao público, em geral, rico painel que contempla as tendências mais significativas do teatro contemporâneo.

A expectativa para os próximos cinco anos é de que a Escola amplie a oferta de cursos e atividades orientados para os profissionais da educação, proporcionando-lhes conhecimentos de técnicas teatrais facilitadoras do processo ensino-aprendizagem. Para se atingir tal objetivo, buscar-se-á maior participação de alunos da graduação, sobretudo os das licenciaturas, e de profissionais que desenvolvem atividades de arte-educação.

Para além dos equipamentos mencionados, a política cultural alicerça-se, também, em ações desenvolvidas nas suas diversas unidades, seja pelos corpos permanentes do Coral e do Grupo de Teatro Filhos da PUC, ambos integrados por alunos da graduação, ou por meio de projetos desenvolvidos isoladamente ou em parceria com instituições externas. Nesse caso, citam-se: a publicação *Nonada*, proposta editorial de vanguarda criada em 1995; oficinas abrangendo temas culturais; exposições; palestras; inserções de atividades culturais em seminários e congressos acadêmicos; varal de poesia; feiras de artesanato. Citam-se, ainda, os projetos: *Sexta de Música Erudita*, em parceria com a Fundação de Educação Artística e a Universidade do Estado de Minas Gerais e *Conexão Ciência e Cultura*, em parceria com a Pró-reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação e cursos da Universidade.

Pretende-se, no próximo quinquênio, revitalizar as ações culturais e criar novas opções, proporcionando à comunidade acadêmica uma exposição mais ampla a atividades artísticas e culturais.

De modo especial, espera-se concretizar a formação de grupos instrumentais, em fase embrionária; implantar galerias de arte nas unidades descentralizadas; realizar, aos domingos, atividades culturais abertas ao público externo; formar um acervo de

artes plásticas; potencializar a utilização de espaços de circulação para mostras de arte; implantar livraria – inicialmente, no Coração Eucarístico.

5) DIMENSÃO 4 – A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

5.1 Comunicação com a sociedade

A política de comunicação tem como parâmetros e critérios principais a busca da qualidade, agilidade e transparência das informações de interesse de toda a comunidade acadêmica, valorizado aí não apenas o aspecto informacional, mas, em especial, o avanço nas estratégias de relacionamento com os públicos envolvidos.

Além da intensa atuação nas áreas consideradas tradicionais do campo da comunicação (jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas), o crescimento da Instituição, bem como a complexificação de seus processos e estruturas, exigiu a constituição e incremento de setores, a saber, a Central de Informações, o Portal, além da constituição de um programa específico de comunicação interna, para fazer frente aos desafios da circulação da informação e do relacionamento entre os públicos na Universidade.

A Secretaria de Comunicação desenvolve trabalhos que buscam ampliar e fortalecer a imagem institucional da PUC Minas, em cada um de seus *campi* e em todo o Estado de Minas Gerais, por ser este o centro de interesse formativo da universidade. Nesse sentido, reúne hoje cinco assessorias (Imprensa, Publicidade, Relações Públicas, Central de Informações e Portal) que mantêm intenso e estreito relacionamento com todos os órgãos e setores da Universidade. Além disso, em cada *campus* ou unidade acadêmica existe uma base de apoio da Secretaria de Comunicação, que conta com dois profissionais – um jornalista e um relações públicas.

É importante destacar, nesse item da função acadêmico-administrativa, que toda infraestrutura comunicativa da PUC Minas já se encontra disponível na nova unidade, que constituirá a sede do *campus* de Uberlândia.

5.2 Comunicação interna e externa

A vinculação acadêmica e administrativa das duas instituições trouxe significativas melhorias para a Faculdade, notadamente pelo fato de esta ter acesso aos instrumentos de comunicação interno e externo já desenvolvidos pela PUC Minas. Nesse domínio, a Faculdade passou a gozar das seguintes fontes e mecanismos de comunicação:

A Secretaria de Comunicação atua, cotidianamente, também, no sentido de alimentar os canais e fluxos de circulação da informação, tanto interna quanto externamente. Para tanto, profissionais com formação especializada dedicam-se ao desenvolvimento de programas e ações que tentam garantir uma circulação eficiente e transparente das informações e dados de interesse de toda a comunidade acadêmica. Depois da realização do Programa Piloto de Comunicação Interna, na Unidade São Gabriel, a Secretaria avança para a extensão do programa para todos os *campi* e unidades e a criação dos comitês locais de comunicação – fórum de socialização de informações de natureza acadêmica e administrativa e que merece especial atenção em termos de seu modo de compartilhamento e divulgação.

Além de buscar excelência em todos esses vetores de atuação e de divulgação, a Secretaria de Comunicação, com os necessários cuidados e postura crítica, vem, paulatinamente, buscando inserir-se no ambiente das redes sociais, para expandir suas possibilidades de ampliação e diversificação de comunicação horizontal com seus públicos. Registre-se, no entanto, que, mesmo estando em fase de definição de uma política para as redes sociais, a Universidade, de algum modo, se faz presente nas mesmas, por meio de dezenas de perfis criados por grupos de alunos e ex-alunos e em que, felizmente, a imagem construída pelos mesmos tem sido

respeitosa e elogiosa – fator também que nos estimula à criação de perfis de natureza institucional para a Universidade.

Entre as atribuições da Secretaria de Comunicação, está a de dar maior visibilidade às ações da PUC Minas, estabelecendo um diálogo permanente com os seus principais públicos: meios de comunicação (jornal, rádio, revista, televisão etc.); mundo oficial; entidades representativas da sociedade civil; instituições de ensino; corpo docente, discente e funcionários, através das assessorias de Imprensa, Relações Públicas, Publicidade, Central de Informações, Portal e das assessorias de comunicação, localizadas nos *campi*/unidades/setores da PUC Minas. Cite-se, ainda, a atribuição de coordenar ações de política de comunicação interna, visando a otimizar o fluxo de informações em benefício do clima organizacional da Instituição.

Projetivamente, a Secretaria de Comunicação pretende, nos próximos anos:

- estender o Programa de Comunicação Interna para toda a Universidade e minimizar os obstáculos e ilhamentos na circulação da informação;
- estender o Programa de Comunicação interna a todos os *campi* e unidades da PUC Minas, com o estabelecimento de Comitês Locais de Comunicação;
- implantar uma *intranet* que contribua para os processos de relacionamento e informação dos públicos internos;
- tornar a Revista PUC Minas autossuficiente financeiramente, a partir da possibilidade de publicidade no veículo.

6) DIMENSÃO 5 – POLÍTICAS DE PESSOAL

6.1 Do corpo docente

A dimensão do Plano de Desenvolvimento Institucional que mais dificuldade gerou, em termos da integração entre a Faculdade Católica e a Pontifícia Universidade

Católica, diz respeito às políticas de pessoal e à composição do quadro de docentes. Não é difícil entender o porquê dessa divergência, pois a própria Lei 9.394/96 já havia estabelecido um padrão de titulação e regime de trabalho incompatível com as estruturas das faculdades.

Até o PDI 2009-2013, a contratação de docentes exigia-se o diploma de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área do conhecimento como requisito mínimo, além de outros requisitos fixados no Plano de Carreira Docente. Com a incorporação dos cursos de graduação e tecnológicos pela PUC Minas não foi mais possível manter esta forma de contratação, pois a titulação mínima exigida por esta Universidade é o mestrado.

Os docentes são contratados de acordo com a CLT e convenções sindicais. Todos os critérios adotados para contratação de Professores estão previstos no Plano de Carreira Docente da Instituição, inclusive aqueles referentes à experiência profissional acadêmica e não-acadêmica para o atendimento aos requisitos de qualidade do curso. O procedimento segue os seguintes passos: a Instituição divulga um edital de inscrição para a vaga a ser preenchida. A seleção é feita por meio de análise do currículo, entrevista e prova didática, conforme especificado no Regimento Interno.

A composição do corpo docente da Faculdade Católica de Uberlândia, distribuídos em função da titulação e do regime de trabalho está em processo de mudanças no sentido de se adequar ao perfil docente da PUC Minas nos próximos anos, de modo a igualar-se aos padrões da Universidade até o final da vigência do presente PDI.

6.2 Plano de Carreira

Em função das mudanças em curso na Faculdade Católica de Uberlândia, até sua plena incorporação pela PUC Minas, impõe-se a observância de dois instrumentos de organização da carreira. Obviamente, como a carreira docente da universidade é mais complexa e pautada em exigências maiores que a vigente na Faculdade, somente os professores que vierem a ser integrados na nova organização acadêmica estarão assistidos pelo Estatuto da Carreira Docente da Universidade.

A Faculdade Católica conta com um Plano de Carreira Docente cujos principais objetivos são:

- Estimular e promover o crescimento pessoal e profissional dos professores;
- Orientar o ingresso, a promoção e o regime de trabalho;
- Socializar as atividades realizadas pelo corpo docente;
- Incentivar a produção científica e intelectual dos docentes.

Desse modo, a Instituição assegura um quadro de pessoal docente qualificado para as suas atividades, a partir de critérios estabelecidos no Plano de Carreira Docente. Com a unificação das mantidas será também unificado o processo de ingresso e progressão na carreira docente, segundo os parâmetros em vigor na PUC Minas.

A carreira dos docentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais é regida, desde 1988, pelo Estatuto da Carreira Docente, fruto de negociações entre os professores e a direção da Instituição, estabelecendo as regras básicas para o ingresso, a promoção, a concessão de regimes e o desligamento. A carreira docente compreende as seguintes categorias e níveis: Professor Auxiliar, Professor Assistente I, II, III e IV; Professor Adjunto, I, II, III e IV; Professor Titular. Para a admissão na categoria de Professor Assistente, nível inicial da carreira, o estatuto exige, no mínimo, o título de especialista; para a admissão e a promoção a Professor Adjunto, o título de mestre; para a promoção a Professor Titular, caracterizada a existência de vaga, o título de doutor. Atualmente, uma comissão paritária, designada pelo Reitor, finaliza estudos de atualização do Estatuto da Carreira Docente, para ser apresentado aos Conselhos superiores da Universidade e implantado após aprovação.

A PUC Minas mantém, na sua estrutura, um órgão consultivo da Reitoria para questões relativas à política de pessoal docente – a Comissão Central de Pessoal Docente (CCPD).

Compete à CCPD zelar pela aplicação do Estatuto da Carreira Docente. Como órgão colegiado e consultivo, emite pareceres sobre os assuntos que lhe são pertinentes, destacando-se o exame e a discussão de processos de seleção interna e externa, a

contratação de professores por tempo determinado, as promoções, a licença de pessoal docente, a dispensa de professores por motivação acadêmica e o atendimento às solicitações da Reitoria, dos diversos órgãos da Universidade e do corpo docente. Ela é composta por seis membros, sendo quatro indicados pela Reitoria e dois representantes da Associação dos Docentes da PUC Minas (ADPUC).

6.3 Do corpo técnico administrativo

Os problemas de integração do corpo docente podem ser estendidos para o corpo técnico-administrativo. Também nessa dimensão do corpo profissional há um processo de alteração do quadro de servidores da Faculdade. Projeta-se a unificação do corpo técnico até o final do presente PDI, quando se espera tenha sido credenciado o novo *campus*, quando deixará de existir a Faculdade e as duas unidades de oferta passarão a ser apenas PUC Minas.

Quanto ao pessoal técnico, vigora na PUC Minas a seguinte sistemática política:

O corpo administrativo é composto pelos cargos de apoio administrativo, de apoio operacional básico, de limpeza e vigilância, técnicos, profissionais especializados e de supervisão.

O processo de seleção de recursos humanos administrativos para a PUC Minas contempla a identificação de talentos potenciais no mercado ou internamente, levando em consideração o atendimento aos requisitos formais de cada cargo. Cada atividade, portanto, prevê um conjunto de competências necessárias, pessoais ou técnicas, e determina um perfil de ocupante. Os critérios de seleção são claramente definidos em uma política formal, ou seja, cada cargo traz seu conjunto de requisitos para novas admissões ou promoções.

A Universidade possui um Manual de Descrição de Cargos, atualizado regularmente e entregue aos gestores de três em três anos. As tabelas salariais são elaboradas de acordo com os segmentos de atuação ou regiões geográficas onde a PUC Minas

atua. Dentro do quadro técnico administrativo, há possibilidade de promoções horizontais, verticais, como também o planejamento e o reconhecimento dos profissionais, desde que esteja em sintonia com o quadro de vagas aprovado, pela Mantenedora, para cada unidade/setor. Para subsidiar as proposições salariais, adota-se a metodologia de consulta permanente ao mercado, por meio de pesquisas setoriais ou de grande abrangência.

A oferta de treinamentos aplicáveis ao corpo administrativo ocorre de acordo com a necessidade evidenciada em levantamento formal de demanda de educação corporativa.

A avaliação de desempenho do corpo administrativo, em fase de pré-implantação, possui projeto aprovado pela administração superior, fornecedor de *softwares* compatíveis com o mapeamento de competências e os quesitos de avaliação propostos.

No que diz respeito à inclusão social de Pessoas com necessidades especiais, existe a parceria da PRORH com o NAI, para a contratação de funcionários com necessidades especiais, no Programa de Empregabilidade de Pessoas com Deficiência. Essa parceria envolve, também, a Prograd, na realização de diversos seminários semestrais sobre Inclusão na PUC Minas, destinados a professores da Universidade, e a Proex, com a promoção de cursos de preparação para a inserção no mercado de trabalho.

7) DIMENSÃO 6 – ORGANIZAÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL

A Faculdade Católica de Uberlândia em decisão com o Conselho da presidência, de sua mantenedora, decidiu por manter uma estrutura administrativa mínima na Católica, recebendo suporte da estrutura administrativa da SMC e posteriormente vindo a ser substituída pela organização administrativa da Universidade.

A Sociedade Mineira de Cultura (SMC), mantenedora da Faculdade Católica de Uberlândia, é a responsável, perante as autoridades públicas em geral, pelas

medidas necessárias ao bom funcionamento da Faculdade Católica de Uberlândia, conforme legislação pertinente.

Seu quadro de condução administrativa e acadêmica é conduzido pelas seguintes instâncias:

a) Diretor Geral

São atribuições do Diretor Geral, administrar com probidade todas as ações de cunho institucional, bem como, as demais mencionadas no Regimento interno. A substituição do Diretor Geral, em suas faltas e impedimentos temporários, será exercida pelo Presidente da Sociedade Católica de Educação de Uberlândia ou por seu delegado, designado na forma do titular, para exercer as funções que lhe forem atribuídas.

b) Conselho Diretor

O Conselho Diretor, órgão colegiado consultivo, que acompanha e avalia todas as atividades da IES, com vistas ao seu funcionamento regular, é constituído por:

- ✓ Diretor Geral
- ✓ Secretária Acadêmica
- ✓ Coordenador acadêmico
- ✓ Coordenadores dos cursos

Tem por atribuição assessorar a Direção Geral nas decisões de caráter administrativo e acadêmico.

c) Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica é responsável pela supervisão das atividades acadêmicas, detalhadas no Regimento Interno. O (a) executivo (a) deste setor deverá ser nomeado (a) e subordinado (a) ao Diretor Geral.

A substituição do Secretário (a) Geral, em suas faltas e impedimentos temporários, poderá ser exercida por alguém a ser indicado pelo Diretor Geral.

d) Coordenação de Graduação

A Coordenadora (a) de Graduação é indicado e nomeado pelo Diretor Geral para mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzido.

Em sua ausência, impedimento ou vacância, o Diretor Geral designará seu substituto e/ou exercerá suas funções.

As atribuições do (a) coordenação de Graduação, além daquelas já definidas pelo Regimento Interno, são supervisionar as atividades de Ensino juntamente com os coordenadores de curso.

e) Coordenação de Cursos

A Coordenação de Curso é composta pelos coordenadores dos diversos cursos da CATÓLICA designados pelo Diretor Geral. O Coordenador é designado pelo Diretor Geral para um período de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido.

Cada Coordenador de Curso tem por finalidade, além daquelas descritas no Regimento Interno, a execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas diferentes especialidades culturais, técnicas e científicas.

f) Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é o órgão diretamente envolvido com o processo educativo e com as relações docente/discente, além de outras constitutivas do trabalho pedagógico. É constituído pelo Coordenador do curso por representantes docentes e de um representante discente, eleito por seus pares. Sua constituição e funcionamento, atribuições e competências estão definidas nos termos do Regimento Interno da Instituição e nos padrões definidos pelo MEC.

g) Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante de cada curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso. A formação e atribuições do Núcleo Docente Estruturante estão relacionadas no Regimento Interno da IES que segue as diretrizes do MEC.

h) Coordenação Administrativa/financeira

A Coordenadoria Administrativa/ financeira é constituída de um Coordenador designado pela Diretoria Geral. São suas atribuições, além daquelas já destacadas no Regimento Interno, planejar todas as ações referentes a recursos humanos, financeiros e de infraestrutura.

i) Coordenação de Tecnologia da Informação

A coordenação de tecnologia da informação é constituída de um Coordenador, designado pelo Diretor Geral. São suas atribuições a criação, instalação e funcionamento de todas as demandas tecnológicas da Faculdade.

8) DIMENSÃO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

A Faculdade Católica, instalada em condições prediais adequadas, com área territorial de 2983,28 m² ocupa com área predial 2881,41 m² desse e espaço e conta com diversos recursos de infraestrutura e tecnologia para garantir a qualidade na oferta do ensino e suas complementações. A Católica tem espaços específicos para: recepção, infraestrutura, financeiro, departamento de pessoal, secretaria acadêmica, arquivos, setor de bolsas e convênios, diplomas, Núcleo de práticas jurídicas, sala de conciliação, sala de professores, gabinetes para coordenadores, biblioteca, sala de tecnologia da informação, refeitório, cantina, laboratórios de informática e copiadora, núcleo psicossocial e pedagógico, brinquedoteca e espaço de convivência.

No entanto esse espaço é alugado e sempre foram feitos investimentos de adequação do prédio considerando que ele não foi construído, com exclusividade, para a atividade educacional e que chegou a seu limite de espaço, para comportar a Faculdade e seu desenvolvimento institucional.

Entendendo ser essa uma fragilidade a Católica conseguiu, junto ao poder público municipal, a cessão de um espaço para construção de novas instalações que foram finalizadas em 2014, com recursos próprios, pela nova mantenedora. Nesse mesmo ano a Católica iniciou nesse espaço atividades de Pós-graduação,

em parceria com o instituto de educação continuada (IEC) da PUC Minas.

Esse novo espaço com área territorial de 6030 m² e área predial de 2993,42 m² sendo credenciado como PUC Minas e, posteriormente, com a Católica unificada a sua estrutura atenderá, em um único espaço, o que anteriormente eram duas mantidas. Esse novo formato permitirá o término das turmas da FCU e início de novas turmas e cursos como PUC Minas, com um portfólio de cursos a ser planejado pela Secretaria de Planejamento da PUC Minas em um prédio já planejado para atividade educacional e com espaço para ampliação.

Nesse novo espaço a Católica possui uma estrutura que já comporta: recepção, secretarias, sala direção, sala de reprografia, cantina, CPD, 03 laboratórios de informática, biblioteca, cozinha, 11 sanitários adaptados, 01 cozinha, depósitos, uma área de convivência, 01 sala multimídias, 7 salas para 30 a 40 pessoas, sendo 05 já climatizadas, 00 alunos 8 salas de aula para até 70 alunos, sala de dedicação de professores, sala para CPA e salas de coordenação.

Em todas Unidades existem salas para docentes, equipadas com infraestrutura de informática, ligada à *web*. Além disso, nas bibliotecas há espaço disponível para estudo individual e coletivo.

A prestação de serviços de tecnologia da informação da Faculdade Católica de Uberlândia é ligada à PUC Minas e realizada pela Gerência de Tecnologia da Informação da Sociedade Mineira de Cultura (GTI). As principais atribuições da GTI são oferecer soluções tecnológicas para suportar os processos da Universidade, disponibilizar e gerenciar a infraestrutura tecnológica necessária à operacionalização dos sistemas de informação e dos serviços oferecidos e alinhar as soluções e investimentos em tecnologia da informação às estratégias da PUC Minas e da sua mantenedora.

Por questão de segurança e de desempenho das aplicações, em todos os *campi* da PUC Minas existem duas redes de dados fisicamente distintas: a rede administrativa (corporativa) e a rede acadêmica.

Para potencializar o desenvolvimento das atividades da PUC Minas,

pretende-se, no próximo quinquênio, atualizar todos os sistemas que dão suporte à gestão educacional, da infraestrutura, logística, de pessoal e financeira.

A Faculdade Católica, com a mudança de mantença, passou a ser acompanhada nos seus aspectos estruturais pela Diretoria de Infraestrutura da SMC, passando a seguir as mesmas diretrizes dessa diretoria conduzidas pela Pro reitoria de Infraestrutura da PUC Minas

A Pró-reitoria de Logística e Infraestrutura, possui frentes de trabalho direcionadas para cada área de atendimento: Gestão de Infraestrutura, Gestão de Logística e Gestão de Tecnologia da Informação.

A Proinfra estabelece padrões e sistemas construtivos que são desenvolvidos desde o início do processo criativo, quando da definição do partido arquitetônico da edificação, a partir dos conceitos de inclusão e acessibilidade universal e de sustentabilidade ambiental. Pretende atingir, cada vez mais, espaços, construídos ou não, com qualidade para o atendimento à comunidade acadêmica, respeitando as atividades de ensino, extensão e pesquisa, reiterando, dessa forma, coerência com o que é desenvolvido na Instituição. Os ambientes administrativos são idealizados a partir da perspectiva do conforto e da atenção à saúde ocupacional dos usuários e do melhor atendimento à comunidade acadêmica.

O respeito ao meio ambiente orienta todas as atividades da Universidade, com o objetivo de minimizar os impactos à sociedade. Questões como conforto térmico, com soluções de ventilação cruzada, que diminua a necessidade de condicionamento mecânico, bem como soluções de abertura nas edificações, que minimizem a necessidade de iluminação artificial durante o dia e, ainda, o reaproveitamento da água pluvial são metas propostas na criação das edificações. A ideia é proporcionar espaços para a comunidade acadêmica, com o menor custo de manutenção possível e o mínimo de impacto ambiental.

A elaboração de um plano diretor para o Campus de Uberlândia é uma

importante proposição da Proinfra, na busca de soluções para a infraestrutura e monitoramento da evolução, adequação e desenvolvimento dessa Unidade.

8.1 Relação de Equipamentos de Informática

A Faculdade Católica possui laboratórios de informática destinados às aulas teóricas e práticas. Além dos laboratórios didáticos, para cumprir funções específicas, os recursos de informática estão distribuídos em vários outros setores da IES, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Recursos de informática

Ambiente	Capacidade	Equipamentos	Softwares
Laboratório de Informática	20 usuários	20 computadores Core i5 3470 3.20 GHZ Monitor 19 polegadas HD de 500 GB 4 GB RAM Mouse, Teclado Leitor de DVD 20 estabilizadores de Energia	Windows 7 Professional Office 2013 Adobe Reader NVDA Java Virtual Machine Mozilla Firefox Google Chrome Antivirus - Avast
		15 computadores Core i5 2400 3.10 GHZ Monitor 19 polegadas HD de 500 GB	Windows 7 Professional Office 2013 Adobe Reader

Laboratório de Informática 2	15 usuários	4 GB RAM Mouse, Teclado Leitor de DVD 15 estabilizadores de Energia	NVDA Java Virtual Machine Mozilla Firefox Google Chrome Antivirus - Avast
Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ	11 usuários	11 computadores Core 2 Duo E7500 2.93 Monitor 15 polegadas HD de 500 GB 3 GB RAM Mouse, Teclado Leitor de DVD 11 estabilizadores de energia 1 impressora Samsung SCX-6545N	Windows 7 Professional Office 2013 Adobe Reader NVDA Java Virtual Machine Mozilla Firefox Google Chrome Antivirus - Avast
CPD	-----	4 computadores 3 Servidores Dell Intel Xeon X3430 2.40 Monitor 17 polegadas 2 HD de 1 TB 8 GB RAM Mouse, Teclado Leitor de DVD 1 Servidor HP Intel Xeon e3-1220 3.10	Windows Server 2008 Adobe Reader Office 2013 Borland Database Engine Java Virtual Machine Mozilla Firefox Apache Software Microsoft SQL Server RM Sistema – TOTVS Antivírus - Trend Micro

		Monitor 17 polegadas 2 HD de 1 TB 8 GB RAM Mouse, Teclado Leitor de DVD 4 Nobreak	OfficeScan
Acesso à Rede Wifi p uso Acadêmico	350 usuário simultâneos	5 Access Point UNIFI-AP Access Point Ubiquiti 300Mbps	-----

Para apoiar a realização de suas atividades acadêmicas, a Faculdade Católica conta com os seguintes equipamentos e recursos áudio visuais.

Tabela 3- Relação de recursos de áudio visuais

Equipamentos	Descrição	Quantidade
Kit Multimídia – Caixa de som / Amplificador	HICHSYSTEM POWER AMPLIFIER AB-100R4 2 WAY SPEAKER SYSTEM 75W	
Data show	EPSON Power Lite S 12+	
Microfone	Chrome VK – Dinamic Micro Leson	4

8.2 Biblioteca

8.2.1 Infraestruturas física da Biblioteca

A biblioteca da Faculdade Católica de Uberlândia conta com a estrutura física discriminada na Tabela 4.

Tabela 4 - Estrutura física da Biblioteca

Ambientes	Área (m²)	Quantidade
Sala para administração, catalogação e classificação	17,7	1
Sala de atendimento	14,5	1
Área para acervo	100,4	
Escaninhos para guarda volumes	10,4	32
Espaço para estudo (mesa com 4 cadeiras)	-----	3
Gabinetes para estudo individual	-----	27

8.2.2 Equipamentos da Biblioteca

A Faculdade Católica de Uberlândia disponibiliza na Biblioteca os recursos de informática necessários para o atendimento aos usuários.

Tabela 5 – Recursos de informática da Biblioteca

Ambiente	Capacidade	Equipamentos	Softwares
		8 computadores Core 2 Duo E7500 2.93 GHz Monitor 17 polegadas	Windows 7 Professional Office 2013

Biblioteca Monsenhor Ant	4 para alunos	HD de 500 GB	Adobe Reader
Afonso da Cunha	4 para serviços internos	3 GB RAM	Java Virtual Machine
		Mouse, Teclado	Mozilla Firefox
		Leitor de DVD	Google Chrome
		2 impressoras cupon fiscal	Infoemp
		2 leitores de código de barra	Winisis
		8 estabilizadores de Energia	Siaquis
			Catálogo Digital

8.2.3 Acervo bibliográfico

A Biblioteca Monsenhor Antônio Afonso da Cunha disponibiliza aos alunos, professores e colaboradores um acervo bibliográfico composto por livros, revistas, jornais, CD ROM, DVD, manuais e Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs). A distribuição dos livros, por área de conhecimento, está demonstrada na Tabela 6.

Tabela 6 – Acervo bibliográfico

Área de conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Humanas	10.446	20.109
Linguística, Letras e Artes	2103	2.623
Ciências Exatas e da Terra	260	553
Ciências Agrárias	395	838
Ciências Biológicas	133	229

Ciências da Saúde	159	216
Engenharia, Tecnologia, Arquitetura	38	56
	13929	24.624

A Católica também possui 3480 títulos para acesso na Biblioteca Virtual.

9) DIMENSÃO 8 – PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

9.1 Da avaliação

O processo avaliativo, formalmente institucionalizado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), em 2004, vem consolidando-se, desde então, na PUC Minas, com objetivo não só de avaliar as condições que subsidiam o processo de produção do conhecimento na Universidade, como, também, de zelar pelo cumprimento de sua missão e de seus valores. Além disso, propicia o conhecimento necessário a uma postura atuante e inovadora frente aos desafios que a ela se colocam, quer sejam no âmbito da produção científica quer seja no da interação com a realidade social. Permite, também, à Instituição se adiantar às constantes mudanças e inovações ocorridas na atualidade e que provocam transformações profundas nas diversas esferas sociais e, mais urgentemente, na Universidade.

A Instituição reconhece que a avaliação institucional deve ser parte integrante e cotidiana da vida universitária, como instrumento de progresso, emancipação e como processo norteador na busca pela visão institucional proposta. Em consonância com princípios como formação humana, ética e solidária, a Universidade estimula a participação de toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos, por meio da Comissão Permanente de Avaliação (CPA),

instância responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e divulgação dos resultados do esforço avaliativo.

Esse compromisso institucional com a avaliação pode ser percebido com a antecipação da PUC Minas que, dois anos antes da implantação do Sistema Nacional de Avaliação, instituído pelo Ministério da Educação, instalou o Programa Permanente de Avaliação Institucional, hoje absorvido pela CPA. Outro marco do comprometimento da IES estabeleceu-se com o pronto atendimento da norma técnica do MEC/Inep, de 2009, que demarcou a postagem anual dos relatórios de autoavaliação.

A CPA vem desenvolvendo, de maneira evolutiva e processual, uma transformação em seus processos internos, bem como a construção de uma ação colaborativa, em que instâncias administrativas, cursos e comunidade atuem não só na sensibilização e utilização das informações, mas, também, na construção de metodologias, sistemas e relatórios que atendam às particularidades e complexidades de cada parte que compõe o todo *Universidade*.

9.2 Desenvolvimentos da avaliação institucional

O ano de 2009 marcou uma nova atuação da CPA, desvinculada do antigo Programa Permanente de Avaliação e efetivamente comprometida com o caráter técnico do processo. A estrutura foi renovada, com a criação de uma comissão de assessoramento técnico, o que aperfeiçoou o processo e permitiu um resultado mais próximo e direcionado aos diversos atores da comunidade. Nesse sentido, a CPA também qualificou a divulgação das informações e promoveu seminários em todas as unidades e *campi* para apresentar e discutir os resultados da avaliação.

Em 2011, o escopo de trabalho da CPA aumentou significativamente, considerando-se novas demandas tanto internas quanto externas. À Autoavaliação Institucional, somam-se a Avaliação Docente, o acompanhamento das Avaliações dos Cursos de Graduação e a participação na reconstrução e implantação deste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Planejamento e Gestão Estratégica (PGE).

Para tal, foi necessária uma reestruturação do setor, redistribuindo o grupo de trabalho em subcomissões, as quais teriam, sob sua responsabilidade, uma parte do projeto de avaliação. A fim de articular todos os projetos em uma rede integrada, interativa e dinâmica, está sendo criado um sistema integrado de avaliação, em que todas as facetas dos processos de avaliação do MEC, previstos nos Sinaes, dialoguem com a Avaliação Docente – sob responsabilidade da CPA –, com o Monitoramento dos Projetos Pedagógicos – que deverá ser feito pela Prograd, em consonância com as diretrizes de Graduação da PUC Minas – e com a construção do PDI e do PGE – coordenados pela Seplan.

Nesse sentido, a articulação tão necessária e desejada entre avaliação e gestão adquiriu consistência, uma vez que o Planejamento Estratégico da Instituição utiliza como fontes de dados as informações da CPA, coletadas com os diversos públicos que compõem a comunidade acadêmica. O trabalho conjunto entre a CPA e a Seplan possibilitou a construção de alguns indicadores para mensuração anual, considerando-se os objetivos estratégicos propostos, bem como a consolidação e a disseminação do processo avaliativo como ação cotidiana na Universidade.

Para os próximos anos, a CPA da PUC Minas pretende consolidar a cultura de avaliação em todas as unidades da Universidade, bem como inserir o discurso avaliativo nas práticas acadêmico-administrativas da IES, de maneira que as informações resultantes dos vários processos sejam efetivamente utilizadas por alunos, professores, funcionários e gestores. Com esse intuito, a Comissão pretende:

- criar um sistema integrado, em que fontes diversas respondam aos indicadores propostos.
- propor nova versão do projeto de avaliação institucional, em que sejam contempladas as novas demandas: Avaliação docente, Monitoramento das avaliações de cursos de Graduação e acompanhamento do PDI/PGE;
- estabelecer canais consolidados de aproximação com a comunidade acadêmica para coleta de informações;

- desenvolver meios, estruturas e processos mais eficazes e contemporâneos para sistematização e divulgação dos resultados das avaliações;
- consolidar a cultura de avaliação na Instituição, como prática cotidiana e fundamental para o constante aprimoramento das atividades acadêmico-administrativas;
- assessorar os diversos setores da Universidade na elaboração de planos e projetos de melhoria de processos e atividades.

9.3 Do planejamento

O PDI é o documento que descreve as propostas de linhas de ação futuras para a PUC Minas, o que inclui a atual Faculdade Católica de Uberlândia em sua unificação com esta Universidade, no que diz respeito à sua filosofia institucional, à missão a que se propõe, aos princípios norteadores e às diretrizes pedagógicas, buscando equilibrar as dimensões técnica e política, necessárias a uma escolha mais adequada das estratégias de desenvolvimento institucional. O documento é entendido pela Universidade como a base do planejamento integrado de suas diferentes unidades acadêmicas e dos setores que lhes dão sustentação administrativa e/ou complementar, de modo que o cumprimento de suas funções seja plenamente efetivado.

Nos últimos anos, a Universidade, com o intuito de sanar tais deficiências e objetivando melhor controle da efetiva implementação do novo PDI, foi institucionalizado um processo de Planejamento e Gestão Estratégica (PGE), que forneceu um arcabouço metodológico para a prática de um modelo de gestão que contribua, efetivamente, em todas as instâncias da Universidade, para o alcance dos resultados almejados.

Um dos produtos do PGE foi o Plano Estratégico Institucional 2012-2016. Ele é responsável pela materialização do ciclo do planejamento do PDI e contempla um

conjunto de metas, indicadores e iniciativas, em consonância com os objetivos institucionais da PUC Minas¹.

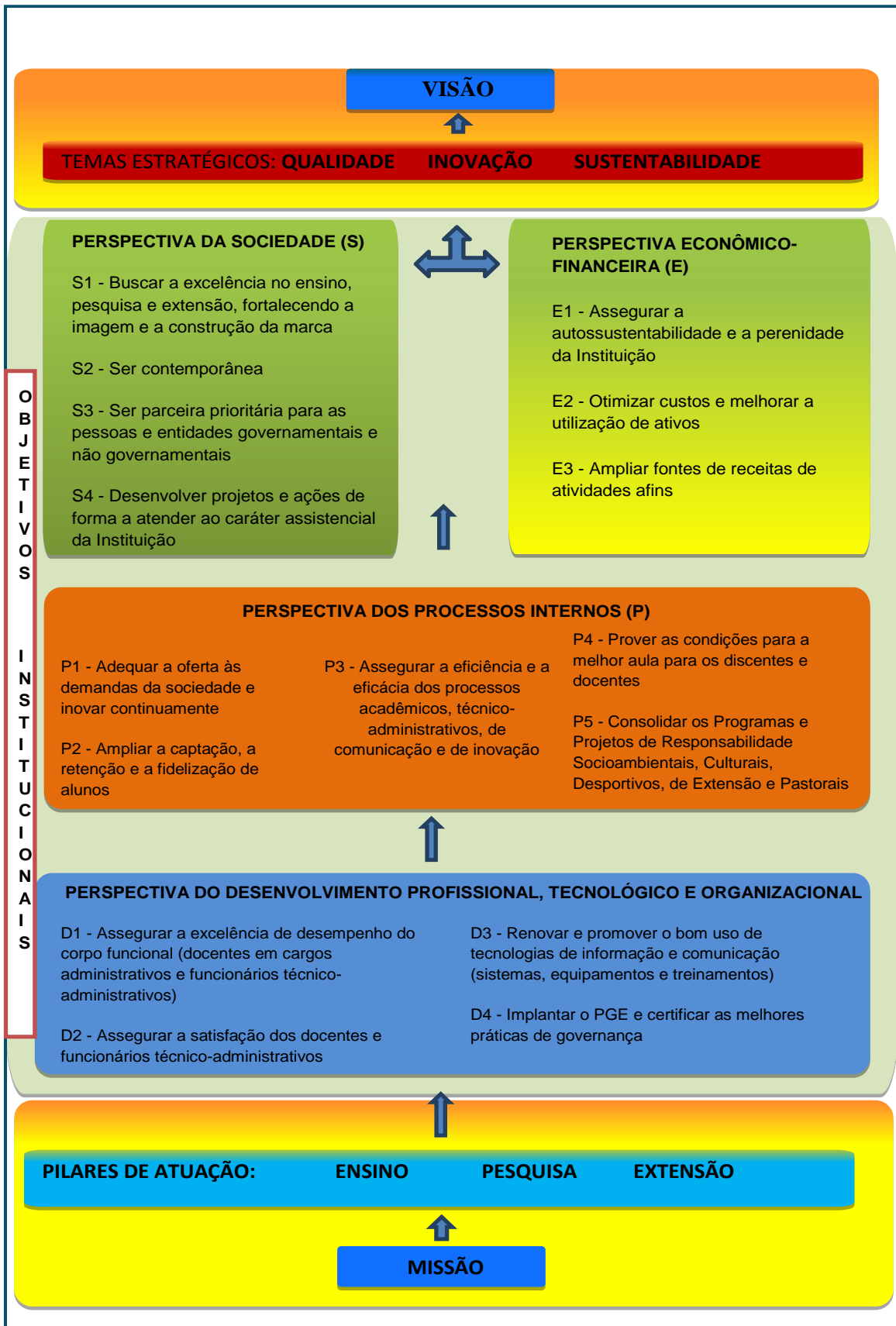
Para este período, a PUC Minas elegeu três temas estratégicos – qualidade, inovação e sustentabilidade –, que podem ser assim descritos:

- **Qualidade:** ser uma excelente Universidade. Como consequência disso, a PUC Minas deverá, no futuro, ser ainda mais conhecida nacional e internacionalmente. Se ela é excelente, ela tem de ser procurada por estudantes, por empresas, por empreendedores, por instâncias governamentais e pelos grupos pensantes. E tem de ser atuante. Ela atua, não só recebe. Ela faz acontecer. Excelente, conhecida, procurada e atuante, deverá ser a expressão da qualidade PUC Minas;
- **Inovação:** ser uma Universidade contemporânea, capaz de inovar, continuamente, a oferta dos seus serviços educacionais, seus processos acadêmicos e administrativos, atuando com a agilidade necessária para assegurar a sua perenidade;
- **Sustentabilidade:** ser uma Instituição ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente aceita.

Tais temas balizaram a construção do Mapa Estratégico Institucional, com seus dezesseis objetivos, distribuídos em quatro perspectivas complementares de resultados – da sociedade; econômico-financeira; dos processos internos e do desenvolvimento profissional, tecnológico e organizacional. A figura a seguir, apresenta o Mapa Estratégico da PUC Minas.

¹ O descasamento temporal entre o Plano Estratégico e o PDI é proposital. A ideia é que, no último ano de vigência de cada PDI, seja feita uma ampla reavaliação da situação da Universidade e sejam propostos objetivos e metas para balizarem o próximo ciclo do Plano de Desenvolvimento Institucional.

Figura: Mapa Estratégico de Objetivos Institucionais



O mapa mostra o conjunto de relações de causa e efeito entre as diferentes perspectivas. Os quatro objetivos da Perspectiva da Sociedade (S1, S2, S3 e S4)

são interdependentes e guardam relação com os três da Perspectiva Econômico-Financeira (E1, E2 e E3). Assim, os objetivos econômico-financeiros reforçam os da Perspectiva da Sociedade e são por eles capitaneados. Por outro lado, essas duas ópticas dependem do correto atendimento aos cinco objetivos da Perspectiva de Processos Internos (P1, P2, P3, P4 e P5) que, por sua vez, serão influenciados pelos quatro objetivos da Perspectiva do Desenvolvimento Profissional, Tecnológico e Organizacional (D1, D2, D3, e D4).

Cada um dos 16 objetivos apresentados é mensurado por um conjunto de indicadores, com suas respectivas métricas e metas para o ciclo 2011-2016, compondo o Painel de Indicadores. Ressalta-se que a apuração de vários dos indicadores é de responsabilidade da CPA, reforçando a necessária articulação entre a Auto Avaliação Institucional e o Planejamento.

Ao seguir o caminho descrito no Mapa, a Universidade pretende concretizar a sua Visão de Futuro e cumprir a sua Missão, respeitando seus princípios e valores. Espera, também, alcançar, de forma equilibrada, níveis crescentes de qualidade, inovação e sustentabilidade, considerando-se os seus três pilares de atuação: Ensino, Pesquisa e Extensão.

Pretende-se que o PGE seja um processo de planejamento vivo, na trajetória do desenvolvimento institucional, contribuindo para a operacionalização do PDI, nas diferentes Unidades e setores acadêmico-administrativos da Universidade, por meio do desdobramento dos objetivos, indicadores, metas e iniciativas.

10) DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Pelo fato de a Faculdade Católica de Uberlândia considerar o presente PDI um documento de transição para uma ordem na qual a Instituição se incorporará definitivamente à PUC Minas, as políticas de atendimento aos discentes podem ser consideradas aquelas em curso na Universidade. Cumpre, portanto, expor como são fixadas as referidas políticas e como se processam atualmente.

A Instituição conta com uma instância específica para atendimento ao estudante – a Assessoria para Assuntos Estudantis (AAE) – que foi criada pela Resolução nº 06/2008, de 26 de setembro de 2008.

A Assessoria é um órgão subordinado à Vice-reitoria, à qual cabe, estatutariamente, o encaminhamento das questões estudantis. Deve ser entendida como uma conexão entre os estudantes e os diversos setores da Instituição. É representada por um agente articulador das relações entre os alunos e os outros segmentos da comunidade acadêmica, acompanhando e estimulando-os no decorrer das suas trajetórias acadêmicas, através de ações efetivas que possam contribuir também para as várias atividades extras curriculares da PUC Minas. Dentro dessas ações e através da Portaria 095/2008, que estabelece critérios para a concessão de ajuda de custo aos estudantes nas suas solicitações para atividades científicas, esportivas, culturais e religiosas, a Assessoria incentiva o desenvolvimento e o crescimento profissional e pessoal dos alunos, possibilitando a exposição de seus trabalhos e participações em pesquisas, palestras, simpósios, eventos sociais e religiosos. As múltiplas necessidades da comunidade estudantil encontram, nessa Assessoria, mais um ponto de apoio, possibilitando aos estudantes da PUC uma resposta mais rápida e direta dos setores envolvidos.

Atenta ao papel da Universidade na sociedade, a AAE, através da participação efetiva do aluno na vida universitária, volta-se para um objetivo mais amplo, o da construção da cidadania nos diversos segmentos da comunidade acadêmica, estimulando o debate crítico, democrático e construtivo, de forma a desenvolver, assessorar e apoiar as políticas que buscam o fortalecimento de uma integração mais ampla do estudante. A Secretaria procura garantir um suporte institucional adicional, reafirmando os propósitos contidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

Além dessa Assessoria específica, vale explicitar que a totalidade das ações desenvolvidas pela Secac, por meio da Coordenadoria de Apoio Comunitário, do NAI, da Coordenadoria de Ação Pastoral e da Coordenadoria de Atividades Artísticas e Culturais, coaduna-se com os esforços da Universidade na

concretização da política de atendimento aos discentes. Todavia, no âmbito da Secac, merecem destaque os programas de concessão de bolsas, financiamentos e outros benefícios da Instituição, os quais têm apresentado, nos últimos anos, resultados significativos, conforme descrito a seguir:

Em outra perspectiva de atendimento aos discentes, a PUC Minas busca integrar-se ao processo de internacionalização, desenvolvendo, há mais de 40 anos, convênios com instituições estrangeiras de ensino e de pesquisa, com organismos internacionais e também com instituições privadas que tenham, dentre os seus objetivos, aqueles condizentes com a colaboração internacional. Faz isso por meio da Assessoria de Relações Institucionais e Internacionais (ARII) – órgão ligado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional.

Além desses convênios, a ARII apoia as demais unidades, órgãos, faculdades e departamentos da PUC Minas, na elaboração de projetos para obtenção de financiamentos que possibilitem o efetivo intercâmbio dos corpos discente e docente e dos funcionários dispostos a enriquecer o universo do ensino, da pesquisa e da extensão na dimensão extraterritorial. Busca coadunar suas ações com as diretrizes dos órgãos de educação, ciência, tecnologia e de relações exteriores do governo federal, especialmente no que tange aos acordos de cooperação internacional firmados no âmbito da União.

As ações que efetivam o processo de internacionalização são baseadas em competências de caráter amplo, que se consolidam em duas vertentes: acadêmica e organizacional. Essas competências gerais se consolidam em ações de caráter prático e estruturam, internamente, a administração da Assessoria de Relações Internacionais, cujas ações se dividem em ‘Programas Acadêmicos’ e ‘Suporte e Projetos’.

São competências gerais da Assessoria atuar no fomento e na supervisão das ações de internacionalização, por meio da gestão da informação e relacionamento internacional com instituições de ensino, com vistas à busca de alternativas de suporte e financiamento para ações de cooperação e intercâmbio e auxílio a alunos, professores e funcionários nos aspectos necessários à realização de intercâmbios.

Atualmente, a ARII opera com mais de 150 convênios acadêmicos regulares, estabelecidos com diversas instituições de ensino estrangeiros. Esses convênios são voltados para o intercâmbio de alunos, de professores e de universitários, além de troca de publicações científicas. Existem, também, convênios internacionais para cursos de idiomas no exterior e, ainda, um convênio de estágio profissional com a Secretaria do Mercosul.

A diretriz da Assessoria, voltada para os alunos da PUC Minas, é a de ocupar todas as vagas ofertadas, buscando remanejar alunos para vagas excedentes e motivar ainda mais estudantes de curso com pouca participação no intercâmbio, além de melhorar a divulgação de todas as oportunidades existentes. Como resultado desse esforço tem-se conseguido, paulatinamente, aumentar o número de alunos enviados para o intercâmbio a cada ano.

É também parte das atividades dessa Assessoria a representação em feiras nacionais e internacionais, melhorando a divulgação das oportunidades da PUC Minas para os seus parceiros, a oferta de curso de português para estrangeiros e a implementação de uma Cátedra Internacional, recebendo assim, pelo menos, 200 alunos estrangeiros por ano.

A constante busca pela experiência internacional, através de parcerias já existentes e novas, visa não apenas à internacionalização dos currículos de graduação, mas também de pós-graduação, *lato* ou *stricto sensu*, além de novas ofertas de seminários e *workshops* dentro da Universidade.

Tradicionalmente, as parcerias com o Santander Universidades e o Governo do Estado de Minas Gerais geram fundamentais oportunidades para os alunos, beneficiados com bolsas de estudo no exterior nos níveis de graduação e pós-graduação.

Adicionalmente, há convênios com diversos órgãos públicos de fomento da educação e pesquisa, como o MEC, o Ministério de Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Saúde, a Organização das

Nações Unidas (ONU), o Faubai (Fórum de Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais) e entidades estrangeiras de apoio à mobilidade internacional que visam à expansão da sua rede de parcerias de que a PUC Minas faz parte, além da incorporação e aprimoramento de seus métodos e políticas internacionais.

Por fim, completando o aparato de suporte ao aluno, cabe explicitar que, em consonância com a Missão da Universidade, a Pastoral, dentre suas diversas atividades, promove o atendimento e apoio religiosos de alunos, a partir de solicitações e diagnósticos encaminhados ao setor.

Egressos

A PUC Minas vem desenvolvendo amplo processo de Avaliação Institucional, com o objetivo de fomentar a autocrítica e garantir a qualidade de suas ações. O processo de avaliação é fundamental na construção do ensino de qualidade.

A autocrítica institucional pressupõe a análise retroativa daqueles que trilham sua formação acadêmica na PUC Minas. Para tanto, estabelecer a Política de Acompanhamento do Egresso é condição indispensável para aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos de Cursos, oferta de educação a distância, melhor interação com a sociedade e o mercado e para construção de um relacionamento de interesse recíproco, que ultrapasse o período de uma única geração.

A política de acompanhamento do egresso na PUC Minas, historicamente, foi implementada no âmbito dos cursos, mediante a sua previsão nos PPCs. As experiências bem sucedidas na Universidade centraram-se em três eixos, a saber: a) diagnóstico e mapeamento de carreiras; b) monitoramento da atuação profissional; e, c) programas de integração com a sociedade e o mercado.

Dados os bons resultados obtidos em alguns de seus cursos, a Universidade pretende disseminar esse programa para todos os demais.

A partir de 2009, a política de acompanhamento de egressos passou a ser também responsabilidade da Seplan, juntamente com as Unidades. O propósito foi o de sistematizar o conhecimento da trajetória dos egressos.

Para tanto, vem buscando ampliar as políticas de envolvimento com alunos e ex-alunos, em conjunto com a CPA, com o intuito de manter, com os egressos, laços permanentes de relacionamento sociocultural e educacional, capazes de consolidar vínculos duradouros.

Como forma de consolidação dessa estratégia, a Universidade disponibiliza aos egressos incentivos financeiros para participarem em qualquer dos seus mais de 300 cursos de pós-graduação *lato sensu* e programas de *stricto sensu*. Oferece, também, oportunidade de atualização constante em programas de aperfeiçoamento e capacitação em diversas áreas do conhecimento.

11) DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Segundo ficou demonstrado na contextualização, desde janeiro de 2013, por força da mudança de mantenedora, a responsabilidade financeira da Faculdade Católica de Uberlândia passou às mãos da Sociedade Mineira de Cultura, nos termos da Portaria 24, de 25 de janeiro de 2013.

Conforme fixado no ato normativo de transferência, parágrafos 1º, do artigo 1º, da Portaria 24/2013,

§ 1º. As mantenedoras adquirentes das instituições de educação superior referidas no caput assumem responsabilidade integral de assegurar o financiamento das respectivas mantidas, garantindo a manutenção da qualidade dos cursos ofertados e sua continuidade, sem prejuízo dos alunos

Não apenas essa obrigação decorre de força normativa, quanto passa a vigorar desde a publicação da respectiva portaria, portanto, desde janeiro de 2013. Assim, se alguns setores da vida acadêmica e administrativa das duas instituições foram

integrados lentamente, como o pessoal, outros foram automaticamente, como a sustentabilidade econômica e financeira. Nessa perspectiva, a sistemática de financiamento da Faculdade segue os mesmos parâmetros fixados para a PUC Minas, a seguir descritos.

A fim de assegurar a sustentabilidade da Instituição, a gestão da PUC Minas, agora ampliada para a Faculdade Católica, até a unificação de ambas, é efetuada sob a perspectiva de orçamentos que são estabelecidos de modo a cumprir as metas institucionais, alinhadas à sua Mantenedora. O planejamento financeiro parte da premissa de assegurar o crescimento perene e contínuo da Universidade, sempre desafiada pelo ambiente socioeconômico, e exposta ao impacto de fatores estruturais e variáveis conjunturais contemporâneos.

De maneira geral, os orçamentos anuais estipulam o montante de recursos que devem ser aplicados na Universidade, considerados os recursos disponíveis, a partir das receitas auferidas das mensalidades escolares. Especificam, ainda, a parcela de recursos que deve ser destinada a gastos com pessoal, inclusive os respectivos encargos sociais e benefícios e a aplicação de recursos nas demais despesas correntes, além de definir o montante de recursos destinados aos investimentos permanentes. Todas essas diretrizes estão alinhadas ao PDI.

Para propiciar o alcance dos objetivos financeiros, são definidas ações contínuas que visam a manter o acompanhamento, o controle e a avaliação do desempenho esperado, por meio da elaboração de relatórios gerenciais que suprem a Administração Superior com informações relevantes para orientar as decisões administrativas e financeiras da Universidade. Além disso, são definidas políticas e estratégias que visam ao dimensionamento eficiente e ao uso racional dos recursos financeiros.

A elaboração orçamentária da PUC Minas se origina na previsão da carga horária matriculada pelos alunos nos cursos de graduação, bem como na previsão de alunos a serem matriculados nos cursos de pós-graduação. O mesmo procedimento será adotado provisoriamente com o pedido de autorização de cursos pela Faculdade Católica, até a plena unificação, quando se adotará um único orçamento

e previsão de matrículas da graduação e pós-graduação. Essas informações propiciam o cálculo da previsão de receita para o exercício subsequente. Dimensionado o montante de receitas, apura-se o montante de gastos necessários ao funcionamento da Universidade, notadamente, os custos de pessoal e seus respectivos encargos, investimentos e as demais contas de custeio. Esse cálculo, bem como os reajustes das mensalidades, é realizado, observando-se a previsão legal vigente (Lei 9.870/99).

A Universidade possui como política de captação de recursos a otimização de suas atividades. Nesse cenário, prioriza a expansão de número de vagas e cursos ofertados, além de dedicar esforços para maximização da quantidade de horas-aulas matriculadas, como forma de aumentar a geração própria de recursos.

Em decorrência da sazonalidade nos recebimentos das receitas de mensalidades escolares, que tendem a se concentrar no início e no término de cada semestre, a Instituição pode vir a recorrer as Instituições Financeiras buscar recursos financeiros com o intuito de suprir necessidades de caixa.

Há sistemático acompanhamento e controle orçamentário, de forma que, mensalmente, os responsáveis pela gestão de recursos compartilham informações e decisões, a fim de assegurar o resultado financeiro global da Instituição, atuando com adoção de medidas preventivas ou corretivas, ao longo do exercício.

A PUC Minas/Faculdade Católica busca elevar, continuamente, o volume de recursos destinados à Pesquisa e à Extensão, seja pela concessão de horas a docentes dedicados aos diversos trabalhos em execução, seja pela aquisição de equipamentos e insumos necessários aos projetos.

Diversos são os programas de estímulo à pesquisa, financiados com recursos próprios, dentre os quais se destacam o FIP – Fundo de Incentiva a Pesquisa e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Probic). Há, também, uma cota de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq), alocada para os alunos de graduação que atuam como jovens pesquisadores, em projetos de pesquisa apresentados por professores da própria instituição.

Também para as atividades de Extensão, a PUC Minas reserva um montante de recursos orçamentários a serem aplicados, exclusivamente, em projetos desenvolvidos pelos diversos cursos da Universidade, contando com significativa adesão dos estudantes. Essa ação visa a garantir a ação integradora do meio acadêmico com a comunidade, transpondo o conhecimento gerado dentro da universidade para diversos públicos, em sua maioria carentes, muito distantes da realidade acadêmica.

É objetivo permanente da Universidade alocar recursos para investimentos e reinvestimentos dedicados ao ensino, notadamente nos cursos de graduação, com melhorias na infraestrutura física, aquisição de equipamentos e *softwares* para os diversos laboratórios, bem como qualificação do corpo docente e dos funcionários técnico-administrativos.